

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAMILA CRISTINA DA COSTA MOREIRA

**A ADAPTAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO À LÓGICA
FINANCEIRIZADA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

UBERLÂNDIA
2020

CAMILA CRISTINA DA COSTA MOREIRA

**A ADAPTAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO À LÓGICA
FINANCEIRIZADA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito básico para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Dra. Marisa Silva Amaral.

UBERLÂNDIA
2020

A adaptação do mercado mundial de petróleo à lógica financeirizada de acumulação de capital

Camila Cristina da Costa Moreira

Uberlândia, 22 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marisa Silva Amaral
(Orientadora – IERI UFU)

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp
(IERI – UFU)

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça
(IERI – UFU)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a meus pais: Elaine e Ronaldo. Nada disso seria possível sem os incontáveis esforços que eles fizeram para que eu tivesse uma maravilhosa trajetória na educação. A minha principal base de apoio, amor e afeto sempre. Aos meus irmãos Gabriela e Pedro por também todo apoio, confiança e amor. À minha família, à minha avó Lourdes pelas diversas vezes em que me ajudava quando eu voltava a Uberlândia, aos meus tios e tias e aos meus primos e primas pelo exemplo de determinação em construir um futuro melhor para nossa família.

Agradeço eternamente à Universidade Federal de Uberlândia pelo ensino de excelência, pela garantia das bases necessárias para a minha formação, pública, gratuita e de qualidade. A todos os professores do Instituto de Economia e Relações Internacionais que tanto contribuíram para minha formação acadêmica. Um agradecimento em especial à professora Marisa, por ter aceitado me orientar nesse Trabalho de Conclusão de Curso, pelos diversos ensinamentos e debates que tanto me inspiram.

Agradeço a todos os movimentos sociais que me formaram além das salas de aula. O meu partido, UP, o DARI, e os movimentos estudantis pelos incontáveis debates e ações coletivas.

Agradeço a todos os amigos que Uberlândia me proporcionou. Em especial os amigos do grupo “Curva de Rio”, Júlia, Galvão, Letícia e Leôncio. Ao grupo “Perdidos” pelas diversas ajudas mútuas para que nos formássemos e aos debates travados no Bloco J, de onde surgiu a certeza do tema apresentado nessa monografia. Agradeço ao Filipe pelo apoio e companheirismo que me deu nesse ano tão delicado de nossas vidas. Agradeço ao Lucca, meu amigo de longa data, por ter topado o desafio de também vir para Uberlândia e iniciar essa jornada aqui. Agradeço aos amigos que fiz no estágio da Prograd-TI. Agradeço também aos amigos carmenses, pelo apoio, carinho e pela amizade sólida que construímos ao longo de nossas vidas em Carmo da Mata, a cidade que, apesar dos pesares, eu amo.

Agradeço às amigas com quem dividi apartamento. A Tati pelos mais de dois anos em que nos apoiamos. A Jary e a Giovanna por constituírem um lar comigo.

Por fim, agradeço a mim. Agradeço por ter escolhido a UFU. Agradeço por sempre acreditar no poder da educação. Agradeço por ter acreditado no curso de Relações Internacionais, apesar dos variados motivos para não me formar nesse curso. Agradeço por ter acreditado que era possível chegar até aqui.

*“Se a aparência e a essência das coisas coincidissem,
a ciência seria desnecessária.”*

(Karl Marx)

RESUMO

A crise de 1973, causada pelo aumento exagerado do preço do barril de petróleo pelos países produtores da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), iniciou um processo de reestruturação no mercado mundial de petróleo. Dentre as principais mudanças ocorridas, a que teve maior consequência aos países produtores de petróleo envolveu a adaptação dos sistemas de precificação desta *commodity* à nova dinâmica financeirizada do capitalismo mundial, o que afetou a lógica de comercialização de petróleo, agora amarrada ao modo de operar dos mercados à vista e de futuros nas bolsas financeiras e de mercadorias ao redor do mundo. Além do mais, a inserção e adaptação dos países produtores de petróleo à financeirização reconfigura as relações dos países produtores com o mercado mundial de petróleo, as relações dos países importadores e exportadores, a indústria petrolífera e a geopolítica global do petróleo. Do mesmo modo, o trabalho busca explicitar que o mercado mundial de petróleo auxiliou na queda do Sistema de Bretton Woods através do Choque do Petróleo de 1973, dando as bases para a flexibilização e abertura dos mercados financeiros e a explosão das finanças ao redor do mundo. Assim, o trabalho faz um estudo histórico do mercado mundial de petróleo para compreender as mudanças no atual sistema de precificação, um estudo acerca dos aspectos da financeirização e do “capital fictício” e, por fim, sobre os principais aspectos do atual sistema de precificação e suas consequências para a indústria e geopolítica do petróleo.

PALAVRAS-CHAVE: mercado mundial de petróleo, financeirização, capitalismo contemporâneo, precificação.

ABSTRACT

The 1973 crisis, caused by the exaggerated increase in the price of a barrel of oil by the OPEC producing countries (Organization of Petroleum Exporting Countries), started a process of restructuring in the world oil market. Among the main changes that occurred, the one that had the greatest consequence for oil producing countries involved the adaptation of pricing systems for this commodity to the new financial dynamics of world capitalism, which affected the logic of oil trading, now tied to the way of operating spot and futures markets on financial and commodity exchanges around the world. Furthermore, the insertion and adaptation of oil-producing countries to financialization reconfigures the relations of producing countries with the world oil market, the relations of importing and exporting countries, the oil industry and the global geopolitics of oil. In the same way, the work seeks to explain that the world oil market helped in the fall of the Bretton Woods System through the 1973 Oil Shock, providing the basis for the flexibility and opening of financial markets and the explosion of finance around the world. Thus, the work makes a historical study of the world oil market to understand the changes in the current pricing system, a study about the aspects of financialization and “fictitious capital” and finally, about the main aspects of the current pricing system and its consequences for the oil industry and geopolitics.

KEYWORDS: global oil market, contemporary capitalism, financialization, pricing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Volume diário de contratos e negociações do tipo Brent (1990-2010).....	44
Gráfico 2: Diferencial de preço WTI - Brent, em dólares por barril (1995-2010).....	46
Gráfico 3: Produção Líquida Mundial (1946-2007) (inclui petróleo bruto, GNLs, condensados e outros líquidos).....	47
Gráfico 4: Preços Reais do Petróleo Bruto (1861-2008).....	48
Gráfico 5: Preços do petróleo cru (1861-2015) segundo eventos mundiais, em dólares por barril	52

LISTA DE SIGLAS

BP – British Petroleum

CNOOC – China National Offshore Oil Corporation

CNPC – China National Petroleum Corporation

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPE – International Petroleum Exchange

NYMEX – New York Mercantile Exchange

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PRA – Pricing Reporting Agency

SINOPEC – China National Petrochemical Corporation

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WTI – West Texas Intermediate

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO.....	13
1.1.Formação e internacionalização do mercado de petróleo: do domínio estadunidense às nacionalizações.....	13
1.2.Sistema de Bretton Woods e o fim do padrão dólar-ouro	19
1.3.O choque do petróleo de 1973 e seus desdobramentos para o mercado internacional de petróleo.....	22
CAPÍTULO 2 - A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO... ..	27
2.1.Capital Monetário e Capital Fictício.....	27
2.2.Aspectos da financeirização	29
2.3.O mercado de petróleo após 1973 e adaptação ao sistema de precificação.....	36
CAPÍTULO 3 - O ATUAL SISTEMA DE PRECIFICAÇÃO DO PETRÓLEO	41
3.1.Mercado à vista e mercado futuro de petróleo	41
3.2.A reestruturação da indústria petrolífera e os desdobramentos econômicos e políticos do atual sistema de precificação	48
3.3.A geopolítica do petróleo no século XXI	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O petróleo foi o insumo energético mais importante do século XX e continua sendo no século XXI. Todos os dias uma série de atores – Estados, companhias privadas e estatais, operadores financeiros e consumidores – acompanham as oscilações dos preços do barril de petróleo e não há semana em que não haja notícias em torno desse produto. Isso se deve ao fato de que as oscilações do preço do petróleo impactam não somente a cadeia produtiva dessa mercadoria, mas também a cadeia produtiva de outras indústrias. Além do mais, o petróleo é um insumo relevante não só para a economia, como também para a segurança dos Estados. É a sua característica estratégico-militar que o torna uma mercadoria central no mundo.

Houve um tempo em que o petróleo era comercializado em câmaras de comércio, depois pelas principais companhias internacionais através do Cartel das Sete Irmãs, pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e, atualmente, principalmente através dos mercados à vista e de futuros. Esse trabalho busca entender as reestruturações no mercado mundial de petróleo, resgatando o nascimento da indústria e os principais movimentos em torno do controle da produção e de preços, para que se possa compreender a adaptação desse mercado ao modo de acumulação capitalista financeirizado. Faz-se necessário entender as estruturas internas e o comportamento típico do petróleo, e o que o torna diferente, à visão de muitos, das demais *commodities*.

As oscilações recorrentes de preços impactam diretamente os principais países produtores de petróleo e aqueles Estados que dependem quase exclusivamente da renda petrolífera (denominados como *petroestados*). Essas relações não podem deixar de ser consideradas ao se falar em mercado mundial de petróleo, nem mesmo a geopolítica global que se organiza em torno desse mercado.

As transformações estruturais da década de 1970 – que atravessam o fim da conversibilidade entre dólar e ouro, o fim do Acordo de Bretton Woods, o Choque do Petróleo de 1973, o Choque do Petróleo de 1979 e o “Choque Volcker” – conduzem a mudanças na forma de organização do capitalismo, inaugurando uma “nova fase” de acumulação, a partir do estabelecimento de um novo sistema monetário internacional, dando as bases para que as finanças internacionais se expandissem sem restrições a qualquer lugar do mundo através da flexibilização e abertura dos mercados financeiros.

A nova fase de acumulação do capital, a qual, seguindo uma vasta e sólida literatura sobre o tema, denominamos nesse trabalho de “financeirização”, difere das fases anteriores,

pois as finanças adquirem autonomia relativa na criação de valor, e se tornam dominantes no processo de acumulação de capital. O “capital fictício” toma proporções diferentes na acumulação de capital, se desdobrando em movimentos especulativos que saltam a criação de valor e riqueza real além do imaginado.

Não obstante, ao dar ensejo a esse processo, o mercado mundial se adapta aos novos movimentos característicos da financeirização, se organizando sob uma nova lógica de precificação de *commodities* subordinada aos movimentos especulativos dos principais centros financeiros globais e, por isso, caracterizada por oscilações recorrentes de preços. Por sua vez, o mercado mundial de petróleo retroalimenta esses movimentos ao reforçar os movimentos de transferência de renda e, principalmente, de dólar aos centros financeiros, e ao retroalimentar a dependência dos países subdesenvolvidos aos sistemas financeiros consolidados desde a década de 1970.

A adaptação do mercado mundial de petróleo ao modo de acumulação financeirizado tem, sobretudo, a característica de que as dimensões físicas e financeiras do petróleo tomam proporções distintas no processo de formulação de preços. O movimento de precificação do petróleo não pode ser dissociado das diversas camadas financeiras, operadores financeiros, ações, fundos de pensão e investimento e demais agentes financeiros que entram nesse mercado para auferir lucros com base nos movimentos especulativos de aumento e diminuição de preços. Assim, torna-se inconsistente qualquer análise do mercado mundial de petróleo que não passe pela lógica de acumulação financeirizada, predominante hoje não apenas para esse insumo, mas para todas as demais *commodities*.

Ao possuir esse entendimento, este trabalho busca fornecer uma visão ampla do mercado mundial de petróleo e do processo de financeirização da economia, tratando de como esses movimentos se entrelaçam de maneira a modificar a própria estrutura do mercado mundial de petróleo e as relações entre os países à geopolítica global. Para tanto, além desta introdução e das considerações finais, o primeiro capítulo faz um resgate da formação do mercado mundial de petróleo, sua relação com os Estados nacionais, sobretudo os EUA, e sua reestruturação no pós-crise dos anos 1970; o segundo capítulo trata do processo de financeirização e seus desdobramentos sobre o mercado internacional de petróleo; e o terceiro capítulo discute o atual sistema de precificação do petróleo e algumas questões econômicas e (geo)políticas daí decorrentes.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO

O petróleo, além de ser um insumo energético essencial para reprodução do capital, é também essencial para a segurança interestatal. Desse modo, não é possível analisar sua dinâmica a partir de uma lógica puramente econômica. O objetivo na primeira parte deste capítulo é compreender, através de uma análise histórica, a relação entre o mercado mundial de petróleo e os Estados Nacionais, especialmente a relação entre esse mercado e os Estados Unidos da América. A segunda parte do capítulo dedica-se a entender como o mercado internacional de petróleo é afetado pelas transformações que inaugurarão um novo regime monetário e uma nova dinâmica de operação dos mercados financeiros internacionais, dando as bases para o que entendemos como uma nova fase do capitalismo contemporâneo, denominada, neste trabalho, de financeirização.

1.1. Formação e internacionalização do mercado de petróleo: do domínio estadunidense às nacionalizações

Em abril de 1859, no oeste da Pensilvânia (EUA), um poço de petróleo jorrava depois de tentativas de perfuração não sucedidas. Entretanto, até 1961 os poços precisavam ser bombeados, jorrando quantidades modestas de petróleo. Nesse ano, a situação muda, e o primeiro poço de petróleo contínuo jorrava, elevando a produção de 450 mil barris em 1860 para 3 milhões em 1962. Desde então, a produção de petróleo cresceu subitamente e, junto com isso, foram se extinguindo as dificuldades para extrair esse recurso sem interrupções, ou seja, com a garantia de oferta no mercado, a indústria petrolífera começava a se consolidar. (YERGIN, 2012; SILVA, 2016).

O petróleo, como recurso natural, já era utilizado nas sociedades remotas. Vazamentos de uma substância lodosa e semissólida em fissuras no solo eram mencionados na Mesopotâmia e utilizados na região do Oriente Médio, onde era conhecida como “betume”. Porém, é nos Estados Unidos da América, em meados do século XIX, que o petróleo se torna, de fato, uma mercadoria comercializável. O principal produto derivado do petróleo inicialmente comercializado era o querosene, cujo uso era revolucionário para a época. O querosene modificou a relação do homem com o tempo, possibilitando que máquinas e homens trabalhassem ininterruptamente. Nesse sentido, ao modificar as relações de trabalho e assegurar o uso contínuo de fonte energética para a produção, o petróleo possibilitou a

reprodução e ampliação da acumulação de capital em pleno processo de industrialização nos países centrais do globo (YERGIN, 2012), beneficiados pela superação de barreiras físicas ao uso do petróleo em escala em seus sistemas produtivos.

Quanto a isso, uma questão que se impunha à indústria petrolífera em seus primórdios era a exportação de querosene. Os riscos de transportar uma mercadoria altamente inflamável pelo mar eram desconhecidos, mas, depois que o primeiro navio transportando querosene chega, em 1861, a Londres, sem nenhum acidente, o comércio internacional de petróleo norte-americano abria suas portas. O querosene chega à Europa num contexto de avanço da industrialização e da urbanização, garantindo a luz e a combustão necessárias ao progresso do capitalismo europeu. A exportação de querosene para a Europa sustentou demanda constante de petróleo produzido na Pensilvânia até a invenção da eletricidade em 1882 se espalhar pelas principais cidades da época como a principal fonte de luz. (FUSER, 2013; YERGIN, 2012)

Diante da ideia difundida de que o petróleo traria grandes riquezas a quem o explorasse, pessoas de diversas regiões migravam para o estado da Pensilvânia em busca da descoberta de novos poços de petróleo. Entretanto, um homem se destaca na formação e consolidação da indústria petrolífera norte-americana e, posteriormente, mundial: John Davidson Rockefeller. O empresário fundou em 1870, a Standard Oil Company, uma companhia que, rapidamente, eliminou as concorrentes de mercado através de aquisições, e investindo internamente em tecnologias, integração do processo produtivo e produção de grandes volumes para manter-se com preços baixos. Assim, a Standard Oil deteve 85% do mercado de petróleo ainda no século XIX, tornando-se uma das primeiras e maiores corporações do mundo. (FUSER, 2013; YERGIN, 2012)

Em fins do século XIX, a produção de petróleo crescia muito mais que a demanda. Havia mais petróleo em busca de mercado do que mercado em busca de petróleo. A facilidade de extração e refino do petróleo e suas altas margens de lucro o tornavam bastante especulativo. A especulação e a frenética superprodução em busca de maiores lucros levavam recorrentemente a *booms* de produção, mas essa busca de maiores lucros afastava os produtores de qualquer tentativa de controlar a produção. Por outro lado, todavia – como é próprio, inclusive, dos movimentos especulativos –, a todo *boom* segue-se uma queda (por vezes correspondente), e a dificuldade em manter o ritmo entre oferta e demanda de petróleo trazia grandes dificuldades para a manutenção dos preços em níveis elevados. Entre 1866 e 1867, quando o petróleo jorrava dos poços sem interrupções a oferta de petróleo crescia continuamente, mas a demanda não a acompanhava e os preços passaram de 10 dólares o barril para 5 dólares até 0,10 centavos naquele mesmo ano causando a primeira crise de

superprodução. Ainda em 1870 e 1880 novos *booms* de produção ocorreram abaixando os preços dos barris de petróleo. (YERGIN, 2012)

A venda (e a compra) de petróleo nesse contexto era realizada em câmaras de trocas comerciais antigas, estabelecendo-se um sistema de mercado organizado. Havia três tipos de pagamentos: “no ato”, com o pagamento e a entrega feitos imediatamente; “regular”, com o pagamento e a entrega em 10 dias; e “futura”, em que se estabelecia determinada quantidade que seria vendida a determinado preço em data futura. Desse modo, com o pagamento futuro os compradores poderiam obter ganhos (ou perdas) com o preço futuro, sem nem mesmo possuir o petróleo em mãos (YERGIN, 2012); de igual maneira, os vendedores poderiam obter lucros ou sofrer prejuízos extraordinários em relação aos preços presentes praticados quando do fechamento dos contratos.¹

Portando, o nascimento, estabelecimento e desenvolvimento da indústria petrolífera ocorrem de maneira **oligopolizada**, em que poucas companhias detêm a extração, refino e comercialização do petróleo (a Standard Oil concentrava 85% e 90% da exportação de querosene, e a Royal Dutch, uma companhia holandesa, entre 1895 e 1897 apresentou crescimento em grande ritmo); **internacionalizada**, pois, entre 1870 e 1890, metade da produção de petróleo norte-americano era exportada para diversas regiões do mundo, garantindo mercado consumidor; e **volátil**, com constantes crises de superprodução e queda dos preços. Esses fatores, por sua vez, estruturam e consolidam a história do mercado mundial de petróleo ao longo das décadas, em que países e companhias buscam incansavelmente garantir a extração de petróleo e sua comercialização a preços que garantam lucros extraordinários. A história do petróleo é a história da correlação entre exportadores e importadores, ou seja, da correlação entre oferta e demanda. Em outras linhas, os desdobramentos do mercado mundial de petróleo ocorrem a partir de sua lógica intrínseca: a volatilidade dos preços.

No século XX, novas descobertas do uso do petróleo mudam a sua dinâmica, passando a se tornar não apenas uma fonte energética, mas também elemento de segurança militar (FUSER, 2013). Essas novas descobertas incluem o uso de combustível fóssil para motores de combustão interna em carros, fábricas, trens e navios. A recente indústria automobilística de 1905 impulsiona o crescimento da produção de petróleo e a busca por novas tecnologias químicas na extração de gasolina, outro produto derivado do petróleo. Por sua vez, o uso da

¹ Daqui se desdobrarão formas inéditas de operação no mercado mundial de petróleo das quais trataremos mais à frente, e que são objeto deste trabalho.

gasolina, devido ao crescente consumo de carros pela sociedade², torna a indústria de petróleo cada vez maior e mais forte. Entretanto, é o seu uso para tanques, navios e aviões de guerra utilizados na Primeira Guerra Mundial que lhe dá a sua nova dimensão estratégico-militar. A esquadra marítima da Inglaterra logrou grandes vantagens com o uso do petróleo em seus navios, sendo, portanto, o petróleo crucial para a derrota da Alemanha em 1918. (YERGIN, 2012)

O petróleo dos Estados Unidos foi também crucial para atender às demandas oriundas da guerra. Se, por um lado, as tecnologias de uso do petróleo contribuíram para a guerra, a guerra também contribuiu com as invenções de novas tecnologias para a indústria petrolífera. À vista disso, nas primeiras décadas do século XX o mercado mundial de petróleo crescia continuamente impulsionado pela demanda, pela descoberta de novas tecnologias e por seu uso estratégico-militar. Consequentemente, as companhias lançavam-se na busca de novos mercados. (YERGIN 2012; FUSER 2013)

Yergin (2012, p. 257) destaca:

A equação petróleo igual poder já havia sido provada nos campos de batalha da I Guerra Mundial, e desse conflito emergiu uma nova era nas relações entre as companhias de petróleo e as nações. Essas relações eram alimentadas pela dinâmica instável da oferta e procura: quem tinha o petróleo, quem o queria e quanto ele valia. Agora outros fatores, além da economia de mercado, tinham de ser incluídos na equação. Se petróleo era poder, era também símbolo de soberania, o que inevitavelmente representava uma colisão entre os objetivos das empresas e os interesses das nações-Estado, um conflito que viria a se tornar um duradouro traço característico da política internacional.

Vale destacar que, no final do século XIX, outras companhias importantes e influentes fora dos Estados Unidos surgiam e cresciam, com destaque para a britânica Shell e a holandesa Royal Dutch – que, mais tarde, em 1907, fundem suas operações objetivando concorrer no mercado internacional com a Standard Oil. Além disso, outras importantes reservas de petróleo se destacavam no final do século XIX, principalmente as grandes reservas e potenciais da Rússia monárquica. Em 1880, a produção russa já correspondia a $\frac{1}{3}$ da produção estadunidense. A indústria petrolífera da Rússia nasce através do truste

² Quase ao mesmo tempo em que a eletricidade tomava mercado do querosene, a utilização da gasolina para combustão de motores de carro alavancava um novo mercado. Em 1905, a propulsão do motor movido à gasolina se estabelecia frente ao vapor e eletricidade pois aumentava a velocidade dos carros. A recente indústria automobilística de Henry Ford, e o primeiro carro que teria seu nome, o Ford T, logo se popularizou. Entre 1900 e 1912, praticamente uma década, os licenciamentos nos EUA elevaram-se de 8 mil para 902 mil. O carro se tornava sinônimo de modernidade, utilidade e um novo costume. (YERGIN, 2012)

comandado pelos irmãos Nobel e a família Rothschild, e as companhias Royal Dutch e Shell controlavam mais da metade do petróleo russo. Tal como ocorria com o petróleo russo, as reservas descobertas em países como o México e a Venezuela e a exploração dos poços nesses países aumentavam a capacidade produtiva no mundo e também a busca por novos mercados, de modo que essas novas regiões produtoras adquirem relevância estratégica durante as primeiras décadas do século XX. (YERGIN, 2012)

A busca de novos mercados pelas grandes companhias em diversas partes do mundo traria problemas à manutenção dos preços, especialmente em razão da competição entre as principais companhias e potenciais crises de superprodução. Desse modo, as grandes companhias petrolíferas, através de *joint-ventures*, optam por dividirem os principais mercados para garantirem a manutenção de preços e, por conseguinte, os altos lucros. Em 1928, é firmado o “Acordo da Linha Vermelha”, em que as empresas recebiam quotas em vários mercados, e poderiam aumentar a produção apenas se a demanda aumentasse. Por conseguinte, formou-se o cartel que ficou conhecido como o cartel das “Sete Irmãs”³, o qual controlou preços e produção nas principais regiões produtoras do mundo (com exceção dos EUA devido às leis antitrustes) até a década de 1970. Os recursos petrolíferos, explorados em enormes volumes devido à demanda crescente durante a reconstrução das economias do pós-ssegunda guerra e dos “Anos Dourados”, vendidos a preços baixos, mas que eram controlados pelo cartel das Sete Irmãs e evitava crises de superprodução e queda dos preços, garantiram grandes lucros as companhias privadas internacionais durante 40 anos ao controlarem a extração, o refino e a comercialização enquanto apenas algumas partes dos lucros iam para as mãos dos países onde se situavam as grandes reservas petrolíferas. (YERGIN, 2012; FUSER 2012)

O petróleo do Oriente Médio foi crucial para a reconstrução da Europa no pós-guerra. O crescente volume de produção a preços baixos garantiu o fornecimento energético para as indústrias europeias. O petróleo rapidamente ocupou o lugar do carvão: era mais barato e causava menos impacto ambiental nas cidades europeias. Assim sendo, havia sincronias perfeitas: grande volume de produção de petróleo barato no Oriente Médio na mão das “Sete Irmãs” e a necessidade de energia não escassa na Europa. Por outro lado, a necessidade de dólares para importar petróleo também sincronizava com o plano Marshall: “Sem o petróleo,

³ O cartel das “Sete Irmãs” era formado pelas empresas petroleiras norte-americanas Exxon (ou Jersey), a Mobil, a Standard Oil of California (SoCal), a Texaco e a Gulf, a holandesa Shell e a inglesa Anglo-Persian. (RIBEIRO; NETO; SENE, 2018)

o Plano Marshall teria sido provavelmente um fracasso’, registrou um relatório do governo americano na época” (YERGIN, 2012, p. 475).

Outro fator que tornava o petróleo do Oriente Médio crucial para a ordem mundial do pós-guerra era o avanço da Guerra Fria e o expansionismo soviético. Além de garantir o desenvolvimento econômico do Ocidente e, por conseguinte, evitar aproximações à URSS, o petróleo do Golfo Pérsico garantia a segurança militar necessária em caso de guerra. (YERGIN, 2012)

Apesar de pesquisas e buscas por outras fontes alternativas de energia, o petróleo mantinha-se como a fonte energética mais abundante e barata. O desenvolvimento tecnológico da indústria petrolífera conseguia cada vez mais extrair seus derivados, aumentando a produção de produtos oriundos do petróleo. O desenvolvimento de perfurações em alto-mar também aumentava ainda mais a abundância desse insumo. Entre os anos 1950 e 1960, o mercado mundial de petróleo foi dominado por um crescimento extraordinariamente rápido, impulsionado especialmente pelas descobertas dos chamados “Elefantes”, campos gigantescos de petróleo no Oriente Médio. A questão em jogo agora era a divisão dos lucros obtidos. (YERGIN, 2012)

As ondas nacionalista, anti-imperialista e anticolonialista dos países do “terceiro mundo” que se iniciavam na década de 1950 e que inundavam os países exportadores de petróleo trazia divergências entre esses países e as companhias internacionais. Com essa onda, ganha força o ideal de “soberania sobre os recursos naturais”, dentre eles o petróleo. No sistema de extração de petróleo pelas grandes companhias no Oriente Médio, estas recebiam concessão para extrair, refinar e comercializar o petróleo.

A ordem pós-guerra do petróleo repousava em dois fundamentos. Um deles era composto pelos grandes acordos do petróleo da década de 1940, que tinham firmado as relações básicas entre as companhias que operavam no Oriente Médio. Esses acordos mobilizaram os recursos necessários exigidos para o rápido desenvolvimento das reservas de petróleo, ligaram a produção aos sistemas de refinação e marketing exigidos pelo volume de reservas, além de desenvolver e assegurar demanda muito maior que a requerida. O segundo fundamento se compunha das relações de concessão e contratuais entre as companhias e os governos dos países produtores, em cujo âmago jazia o acordo 50/50, conseguido com sacrifícios. Esperava-se que sobre essas duas bases se pudesse construir uma relativa estabilidade. (YERGIN, 2012, p. 563)

No sistema de concessão 50/50, o aumento dos lucros acontecia pelo aumento do volume das vendas. Os países exportadores, insatisfeitos com a participação nos lucros e fora do controle dos preços, reivindicam um novo sistema de 40/60 a favor deles e a criação de empresas nacionais, contestando assim a exploração predatória das companhias internacionais e a soberania sobre seus recursos. A volta das exportações soviéticas havia causado um aumento da oferta de petróleo no mundo, com preços abaixo do petróleo do Oriente Médio. Para não perder mercados, as companhias internacionais que controlavam os preços do petróleo decidem unilateralmente reduzir os preços, causando conflitos com os países exportadores do Oriente Médio. Essa ação foi uma das principais razões que levaram Arábia Saudita, Venezuela, Kuwait, Iraque e Irã a se reunir em 14 de setembro de 1960, criando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A OPEP funcionaria como uma espécie de cartel, fazendo frente às companhias internacionais para defender o preço do petróleo. Apesar dos países da OPEP representarem 80% da exportação de petróleo no mundo, nos dez primeiros anos a relevância e ações da organização eram baixas. Entretanto, a criação da OPEP “representava o primeiro ato coletivo de afirmação soberana e o primeiro momento decisivo nas relações econômicas internacionais em direção ao controle dos Estados sobre os recursos naturais”, declarou Fadhil Al-Chalabi, posteriormente eleito secretário geral adjunto da OPEP” (YERGIN, 2012, p. 590).

O preço do petróleo passa, então, a ser controlado pelos países da OPEP através de um sistema de quotas de produção, definidas de acordo com a capacidade produtiva de cada país para, assim, garantir que os preços não abajassem devido a um aumento da produção, sustentando os lucros dos países exportadores. A consolidação da força política da OPEP se mostrará no aumento dos preços do Choque do Petróleo de 1973. (FUSER, 2013)

1.2. Sistema de Bretton Woods e o fim do padrão dólar-ouro

O sistema de Bretton Woods, acordado em 1944, visava estabelecer padrões de comportamento comuns entre os países participantes para que se atingissem desenvolvimento e prosperidade econômica, a fim de evitar os problemas da década anterior, principalmente aqueles oriundos da Grande Depressão.

Tratava-se de criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, haviam imposto

não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas. (CARVALHO, 2004, p. 51)

Nesse sistema, o ouro tornou-se a âncora e o dólar seria o padrão de fixação das moedas. Todos os países fixaram o valor de suas moedas em relação ao dólar e só poderiam modificá-lo em cooperação com os demais países, todos supervisionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O valor das demais moedas se definia com base no dólar, e o valor do dólar se estabelecia com base no ouro. (EICHENGREEN, 2000)

O sistema de Bretton Woods, contudo, colocava os Estados Unidos e o dólar em um papel assimétrico e central dentro do sistema monetário internacional. Diferentemente de outros países, os EUA podiam financiar seus déficits em conta corrente na própria moeda. (EICHENGREEN, 2000; SERRANO, 2004). Mesmo que o poder político e econômico dos EUA lhes garantisse condições de operar o sistema monetário internacional para se manter como o único país superavitário do mundo, o crescimento do bloco soviético e a Guerra Fria foram os fatores que orientaram os EUA a operarem o novo sistema em prol da Europa e dos países asiáticos – o que, diga-se de passagem, significava uma atuação em seu próprio favor. (HOBSBAWM, 2011; SERRANO, 2004)

Nessa linha, os Estados Unidos adotaram políticas que resultaram na diminuição dos seus superávits e dos déficits dos demais países. Serrano (2004, p. 8) elenca essas políticas:

[...] mudanças na paridade cambial dos outros países – o preço oficial do ouro em dólar ficou estável, mas os próprios americanos apoiaram e ajudaram a promover desvalorizações no câmbio dos outros países para se tornarem mais competitivos em relação aos EUA; promoção de investimentos diretos em massa nos países aliados; missões técnicas de transferência de tecnologia; gastos militares no exterior utilizando estes países como fornecedores; abertura do mercado de importações nos EUA para países aliados em termos vantajosos; ajuda externa direta em termos de doações via Plano Marshall; tolerância com tarifas protecionistas, com subsídios às exportações locais e com restrições às importações de produtos americanos nos países aliados, entre outros.

Três aspectos diferenciavam Bretton Woods do Padrão-Ouro: o câmbio fixo tornou-se “ajustável”, sujeito às condições específicas, as limitações dos fluxos de capital internacional tornaram-se plausíveis e uma nova instituição, o FMI, foi criada para fornecer financiamento aos países que tivessem problemas com o equilíbrio do balanço de pagamentos e para monitorar as políticas econômicas internas. De acordo com Eichengreen (2000), na prática, esses três aspectos não funcionaram harmoniosamente. O Fundo Monetário Internacional não

conseguia ordenar e monitorar as políticas econômicas dos países, os países industrializados raramente mudaram a paridade de suas moedas e os controles de capitais perduraram em parte até os anos 1950.

O Sistema de Bretton Woods previa que todos os países fixassem suas moedas para garantir certa previsibilidade no balanço de pagamentos através do câmbio fixo, em que o fluxo de liquidez era controlado pelos Estados. Mas o sucesso da recuperação das economias europeias e do Japão aumentava significativamente o volume de liquidez e o fluxo de capitais que circulavam no mundo pelo crescimento da economia mundial. (EICHENGREEN, 2000; GOWAN, 2003)

A falta de um mecanismo de ajuste no Sistema de Bretton Woods colocaria contradições em seu próprio funcionamento. A adoção de políticas econômicas em prol do emprego e crescimento levava os governos ao limite das consequências para o balanço de pagamentos, colocando esses limites perto de uma ruptura. “Os controles de câmbio preencheram a lacuna dos mecanismos de ajuste, estrangulando a demanda por produtos importados quando a restrição externa começava a se fazer sentir” (EICHENGREEN, 2000, p. 134).

Com a eliminação das barreiras ao comércio e o crescimento das transações comerciais entre os países, ficavam evidentes as limitações de um mecanismo de ajuste. A restauração da conversibilidade da conta corrente dos países em 1958 dificultava a rigorosidade das exigências de importação, ficando mais difícil aplicar os controles de capital. Além disso, o crescimento das companhias internacionais e o crescimento do mercado de euromoedas criaram mais um canal para as transações na conta capital. Os controles sobre as transações bancárias afrouxaram, e elas podiam receber depósitos em dólares. A liberalização do comércio não convergia com o câmbio fixo e as restrições de fluxos financeiros.

Consequentemente, com as disparidades entre a quantidade de reservas de ouro nos EUA e a quantidade de dólar disponível no mundo diante das injeções de liquidez pelos Estados Unidos, tornava-se impossível a conversibilidade do dólar em ouro. Além do mais, “o permanente desenvolvimento dos mercados financeiros, alavancados pelos progressos nas telecomunicações e nas tecnologias de processamento da informação, prejudicou os esforços para conter os fluxos internacionais” (EICHENGREEN, 2000, p. 195).

De acordo com as regras do sistema, os EUA deveriam empreender ajustes econômicos, importar menos e ter menos gastos militares para acabar com os déficits. Entretanto, o governo Nixon optou por, em decisão unilateral, dissolver o Sistema de Bretton

Woods em 1971, mesmo diante das contestações do papel do dólar no sistema monetário vigente.⁴ (EICHENGREEN, 2000; GOWAN, 2003)

1.3. O choque do petróleo de 1973 e seus desdobramentos para o mercado internacional de petróleo

O abastecimento de petróleo da Europa no período pós-guerra dependia dos países produtores do Golfo Pérsico, e assim também acontecia com o Japão, que dependia cada vez mais de petróleo dessa região, sobretudo depois da inversão energética do carvão para o petróleo no país. Entre as décadas de 1960 e 1970 a demanda mundial de petróleo cresceu por volta de 21 milhões de barris por dia, sendo que a produção de petróleo do Oriente Médio cresceu 13 milhões de barris por dia, ou seja, cerca de 2/3 do crescimento da demanda mundial de petróleo eram supridos por essa região. Nessas décadas a abundância de petróleo barato parecia não haver fim e permanecia mesmo com o advento da guerra árabe-israelense – a chamada Guerra dos Seis Dias,⁵ em que houve a interrupção da produção, dos postos e dos oleodutos. (YERGIN, 2012)

Concomitantemente, entre 1960 e 1970, a indústria petrolífera dos Estados Unidos esgotou sua capacidade excedente de produção, passando de um aumento da importação de 19% em 1962 a 36% em 1973. A capacidade excedente de produção do país garantia uma margem de segurança frente à dependência do petróleo do Oriente Médio pelos países industrializados, mas essa margem já havia se esgotado em 1973. Os preços mais baixos desestimulavam a produção interna, aumentando as dificuldades de abastecimento, o que causou no país a conhecida crise energética da década de 1970. Assim, em 1973, o presidente Nixon abole as cotas de importação dos Estados Unidos acabando com as restrições do país no mercado internacional de petróleo. Neste mesmo ano, os EUA tornavam-se totalmente dependentes do petróleo do Oriente Médio. (YERGIN, 2012)

Esses fatores mencionados são essenciais para entender o impacto mundial do primeiro choque do petróleo de 1973. Ademais, a equação entre oferta e demanda estava cada vez mais apertada, e qualquer crise seria de proporção mundial. Para entender o choque do petróleo é necessário também entender a posição da Arábia Saudita nesse contexto. O país

⁴ E, segundo Gowan (2003), até mesmo por conta delas.

⁵ A Guerra dos Seis Dias, iniciada em junho de 1967, ficou assim conhecida pela duração de seis dias, sendo a terceira guerra árabe-israelense. Os países árabes interromperam o fluxo de petróleo para os Estados Unidos e Inglaterra, fechando oleodutos e postos de petróleo para retaliar os países apoiadores de Israel. A guerra terminou com a vitória de Israel. (YERGIN, 2012)

encontrava-se em uma posição de destaque na extração e produção de petróleo, ganhando cada vez mais influência na região. A Arábia Saudita, por sua vez, é o laço diplomático mais duradouro e forte dos Estados Unidos na região desde 1948. A influência dos Estados Unidos sobre as ações da OPEP e dos países produtores do Golfo Pérsico se demonstrará especialmente através dessa relação bilateral com a Arábia Saudita. (YERGIN, 2012; GOWAN, 2003)

Havia também outra motivação econômica dos países produtores em 1973. Com a importância estratégica do petróleo do Oriente Médio no mundo, os países produtores ansiavam aumentar seus lucros. Além do mais, viam na “arma do petróleo”⁶ a oportunidade para conseguirem seus objetivos econômicos e políticos em nível global. (YERGIN, 2012)

Diante desse contexto, em 6 de outubro de 1973, dia de Yom Kippur (o mais sagrado feriado judaico), iniciou-se a Guerra do Yom Kippur, a quarta guerra entre árabes e israelenses, sendo a mais destruidora, intensa e com maiores consequências. O fornecimento de armas e apoio na guerra veio dos dois lados da Guerra Fria: os EUA apoiaram Israel com o fornecimento de armas e a URSS forneceu armas aos árabes. Acredita-se que os países produtores realizaram o choque do petróleo devido ao apoio dos Estados Unidos a Israel, como forma de retaliação ao país, porém neste trabalho mostraremos outra argumentação das motivações do aumento dos preços do petróleo em 1973. (YERGIN, 2012)

Diante das circunstâncias, em outubro de 1973 os países da OPEP decidem unilateralmente aumentar em 70% o preço do barril de petróleo. Decidem também realizar um embargo de petróleo aos EUA e, posteriormente, a outros países. Nesse mesmo ano, o mercado mundial de petróleo passava por uma crise de abastecimento, racionamento da produção, embargo de exportação e alta demanda. Não havia dúvidas de que o embargo de petróleo poderia causar retração econômica mundial. Com o fim do embargo, em maio do ano seguinte, os países exportadores se afirmavam sobre o controle dos preços, posição anteriormente ocupada pelas companhias internacionais. (YERGIN, 2012)

Os EUA elaboraram e mantiveram sua política energética, que priorizava a preservação e a ampliação das reservas internas americanas e, simultaneamente, a garantia de abastecimento aos EUA. Consequentemente, isso gerou o aumento da inflação no país, sustentada até o início dos anos 1980, e desequilíbrio no balanço de pagamentos dos países da OPEP devido às altas receitas de dólares advindas do aumento do preço do barril de petróleo. A aceleração da inflação ocorre em todos os países industrializados, e teve como efeito a

⁶ Desde a década de 1950 os países árabes discutiam sobre o uso do petróleo para fins políticos, especialmente para derrotar Israel, utilizando-se de táticas como o embargo aos seus aliados. (YERGIN, 2010)

desvalorização dos termos de troca. Ao mesmo tempo, houve dificuldades de pagamento dos demais países que compravam petróleo, pois não emitiam dólar. A economia mundial durante o período da década de 1970 desacelerou. Dentre todas essas questões envolvidas, os lucros foram comprimidos pela alta dos custos. (SERRANO, 2004)

Se os Estados Unidos estavam dependentes do petróleo do Oriente Médio, por que incentivariam o aumento dos preços do petróleo em 1973, como Gowan (2003) defende ter ocorrido? A resposta oferecida pelo autor parece absolutamente plausível.⁷

O governo dos Estados Unidos percebeu que os aumentos do preço do petróleo produziram um enorme aumento das receitas em dólar dos países produtores de petróleo que não poderiam absorver tais recursos em seus próprios setores produtivos. Ao mesmo tempo, os aumentos do preço do petróleo mergulhariam muitos países em sérios déficits comerciais quando os custos de suas importações de petróleo subissem muito. Assim, os chamados petrodólares teriam de ser reciclados do Golfo através de sistemas bancários ocidentais para países não produtores de petróleo. Outros governos queriam que os petrodólares fossem reciclados através do FMI. Mas os Estados Unidos rejeitaram isso, insistindo que os bancos privados do Atlântico (na época liderados por bancos americanos) deviam ser os veículos de reciclagem. E como os Estados Unidos eram politicamente dominantes no Golfo, conseguiram impor sua vontade. (GOWAN, 2003, p. 48)

O aumento dos preços do petróleo daria um golpe arrasador nas economias europeias e japonesas, que eram extremamente dependentes do petróleo do Oriente Médio. Além do mais, desse modo, se reafirmaria o papel central do dólar nas relações monetárias internacionais, anteriormente contestado pelos países centrais, especialmente Alemanha e Japão, que já possuíam uma economia tão forte e competitiva quanto a economia norte-americana. (GOWAN, 2003)

As finanças internacionais, que antes possuíam certas barreiras à interpenetração nos países desde o Sistema de Bretton Woods, com o Choque do Petróleo de 1973 e a reorganização do sistema monetário internacional encontraram a porta para a liberdade que buscavam. Como mencionado anteriormente, por meio dos mercados de eurodólares e

⁷ Ainda que Moniz Bandeira (2016) pouco se dedique a tratar do poder da moeda na formação e consolidação do império norte-americano, muitos dos seus *insights*, sobretudo ligados ao papel estadunidense e de outras potências capitalistas no comércio internacional e no controle dos fluxos financeiros internacionais, parecem corroborar com os argumentos de Gowan (2003). No que toca diretamente ao petróleo, é inevitável associar os desdobramentos do que Moniz Bandeira (2014) identifica como uma segunda Guerra Fria com os interesses norte-americanos em quaisquer movimentos que tivessem ligação com o setor.

*eurobonds*⁸ e pelas mãos de empresas multinacionais, os centros financeiros internacionais exerciam pressões contra o sistema de taxas de câmbio fixas, imposto em Bretton Woods. Desde a década de 1960, o governo norte-americano já permitia que na *city* londrina operasse um centro *offshore* para operações privadas internacionais, quase não regulamentadas. Essas operações recebiam depósitos em *offshore* e emprestavam esses dólares *offshore*, desenvolvendo o mercado de eurodólares. Entretanto, essas operações dependiam das políticas governamentais. (GOWAN, 2003)

No novo regime monetário internacional, as finanças privadas internacionais passam a ocupar papel central, de maneira qualitativamente diferente do sistema de Bretton Woods. A base anterior, estabilizada pelo controle dos bancos centrais das contas financeiras dos países, com a utilização de reservas cambiais ou apelo ao FMI, passou a depender da capacidade do país em obter empréstimos internacionais nos mercados financeiros privados. (GOWAN, 2003)

A base do novo sistema monetário internacional e sua integridade, nas palavras de Gowan (2003), dependia de dois fatores: do dólar e de mercados financeiros internacionais robustos (ironicamente concentrados em grande parte nos EUA). Assim, os Estados Unidos tinham maior influência ainda nas relações monetárias internacionais e as economias dos demais países e os fluxos financeiros destas economias estavam mais dependentes do dólar, emitido e administrado pelos Estados Unidos, e da praça financeira de Wall Street, que concentrava boa parte das operações. O poder norte-americano, supostamente em declínio, se alavancou novamente no governo Nixon. Para o autor, esses dois fatores se sustentam simultaneamente: a centralidade do dólar conduziu ao fortalecimento de Wall Street como destino e intermediador principal das transações financeiras mundiais e, da mesma maneira, a centralidade das finanças internacionais em Wall Street levavam à busca pelo dólar, já que a maiorias das transações comerciais e financeiras do mundo é realizada nesta moeda.⁹ O papel do dólar elevou as movimentações financeiras nos conglomerados financeiros internacionais. Da mesma maneira, a liquidez proporcionada por Wall Street elevava a posição do dólar, já que a substancialidade e a possibilidade de tomar empréstimos que esses conglomerados proporcionavam é uma questão importante para realizar empréstimos. O mercado financeiro

⁸ *Eurobonds* são definidos no mercado financeiro como títulos de renda fixa denominados em uma moeda diferente da moeda local do país onde o título foi emitido.

⁹ Gowan (2003) chama esse ciclo de retroalimentação entre dólar e Nova Iorque de *Dollar Wall Street Regime* (DWSR).

norte-americano, por seu tamanho e capacidade, era mais seguro que qualquer outra forma de tomar empréstimos. (GOWAN, 2003)

A força de Wall Street perante os demais mercados financeiros globais lhe confere o poder e a vantagem de determinar os preços financeiros dos principais mercados comerciais do mundo. É o caso do mercado mundial de petróleo, que passa a entrar nessa lógica de precificação dos mercados financeiros, a qual será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO

A financeirização da economia reorganiza a dinâmica capitalista no final do século XX. O mercado de petróleo foi uma das bases que contribuiu com essas mudanças e, por sua vez, se insere e se adapta à nova fase da acumulação capitalista. O objetivo, na primeira parte do capítulo, é compreender esse fenômeno que chamamos de financeirização. Na segunda parte, buscamos compreender os principais aspectos que resultam nas mudanças ocorridas no mercado mundial de petróleo.

2.1. Capital Monetário e Capital Fictício

O capital monetário é, em si, dinheiro enquanto mercadoria. Os capitalistas monetários que detêm dinheiro querem valorizá-lo como capital portador de juros. O capital portador de juros nada mais é do que o capital monetário transfigurado em capital produtivo a partir de um empréstimo do capitalista monetário para o capitalista produtivo, o qual irá investir em meios de produção e força de trabalho, pagando ao prestamista de capital monetário, ao final do processo, juros sobre o total emprestado. O capital monetário, ao passar pelo processo produtivo e, sobretudo, pelo trabalho humano empregado no processo, produzirá mais-valia, expressa na forma de lucro total bruto, isto é, todo o trabalho não pago resultante da produção. Este seria plenamente apropriado pelo capitalista produtivo caso o capital monetário investido fosse próprio. Como foi tomado na forma de empréstimo, parte da mais-valia será apropriada pelo capitalista produtivo na forma de lucro líquido, e outra parte será apropriada pelo capitalista prestamista na forma de juros. Portanto, a taxa de juros define o lucro do capitalista monetário. (MARX, 2017, Livro III, Cap. 21)

Em geral, esse é o movimento próprio do capital em um ciclo completo. Entretanto, esse capital assume uma forma peculiar, a qual é a forma externa do retorno, apartada do ciclo mediador (aquele durante o qual ocorre a produção de valor). O retorno do dinheiro para o capitalista monetário, que constitui o movimento geral do capital, assume uma característica separada do movimento real, pois a relação entre capitalista monetário e produtivo se dá em termos jurídicos, e não por fenômenos econômicos. Ao capitalista monetário pouco importa onde e como seu capital será investido, mas sim a valorização de seu capital, ou seja, o lucro obtido por meio da taxa de juros. (MARX, 2017, Livro III, Cap. 21)

Assim, a valorização do capital monetário (e de qualquer forma de capital) só é possível através do processo real de (re)produção do capital, mas sua “esfera” de atuação é independente desse processo, se operacionaliza exclusivamente na circulação.¹⁰ Como efeito, a taxa de juros se dá por meio da relação entre o prestamista e o prestatário, que, sendo ou não a mesma pessoa, possui papéis diferentes no processo de reprodução, em que o capital percorre um movimento duplo e distinto. A taxa de juros nasce da concorrência entre capitalista produtivo e monetário, sendo, portanto, uma taxa determinada a partir do processo produtivo em si. “O fato de que o capital emprestado produz juros, seja ele realmente empregado como capital ou não – e mesmo que só seja emprestado para fins de consumo –, reforça a ideia da autonomia dessa forma do capital” (MARX, 2017, p. 367, Livro III, Cap. 22).

No próprio desenvolvimento do sistema capitalista, as bases de crédito se ampliam, num movimento em que os capitais monetários individuais (depósitos dos fundos de reserva dos homens de negócios, operações técnicas de cobranças e desembolsos de dinheiro, pagamentos internacionais e comércio de barras de ouro e prata) vão se concentrando nas mãos de banqueiros. Assim, se desenvolve o sistema de crédito, o qual se converte em sistema específico e administrado pelos bancos. Por sua parte, os bancos se tornam responsáveis por intermediar a relação entre o prestamista e o prestatário. Os empréstimos se dão através de papéis, e o dinheiro como cédula bancária torna-se em geral a moeda de consumo. (MARX, 2017, Livro III, Cap. 25)

Dentro do sistema de crédito os bancos têm por função, por um lado, concentrar os capitais e, por outro, administrar a circulação de moeda para fins de consumo. O lucro bancário consiste em pegar emprestado a juros menores do que aqueles pelos quais o banco empresta. Por sua vez, o sistema bancário constitui a base fundamental para a transformação gradual das empresas capitalistas privadas nas sociedades de ações, em que capitalistas se associam para formar carteis com a finalidade de regular a produção. (MARX, 2017, Livro III, Caps. 25 e 27)

Nessa relação, o capital monetário assume uma função transitória distinta de outras formas de capital (do capital-mercadoria e do capital produtivo). Já a forma de capital fictício, capitalizada através do mercado de papéis e letras de câmbio, assume uma função distinta dos

¹⁰ Eis aqui uma das grandes dificuldades de se compreender esse movimento dialético: perceber que o capital monetário se valoriza e não se valoriza na produção, posto ser a circulação o *locus* exclusivo no qual o capital monetário atua; o dinheiro jamais sai da circulação, entretanto, a valorização jamais ocorre fora da produção.

demais capitais. A formação do capital fictício se desassocia do processo real de valorização do capital, valorizando-se por si mesmo autonomamente. (MARX, 2017, Livro III, Cap. 29)

O movimento independente do valor desses títulos de posse – não só dos títulos da dívida pública, mas também das ações – reforça a ilusão de que eles constituem um capital real ao lado do capital ou do direito de posse ao qual os títulos possivelmente dão. Pois esses títulos se tornam, de fato, mercadorias, cujo preço tem seus próprios movimentos característicos e é fixado de maneira peculiar. (MARX, 2017, p. 449, Livro III, Cap. 29)

O valor de mercado dos títulos e ações é determinado diferentemente de seu valor nominal, sem que haja alterações de seu valor real. Esses títulos e ações se valorizam e desvalorizam por ações especulativas e expectativas de ganhos futuros, e seu valor é calculado sobre um capital ilusório, com base na taxa de juros vigente. Em épocas de escassez de capital monetário, as taxas de juros se elevam e os títulos são lançados no mercado, desvalorizando os papéis. Quando a situação se reverte, os papéis voltam a se valorizar aos níveis de antes, desde que não representem empresas falidas. Essas alterações do valor dos papéis acontecem independentemente das alterações na valorização real que os títulos representam e das circunstâncias do processo, reforçando, assim, o caráter autônomo do capital fictício. Ademais, no sistema de crédito, os títulos e papéis são duplicados, triplicados, e multiplicados outras tantas vezes independentemente do valor real em espécie que os operadores financeiros detêm. (MARX, 2017, Livro III, Cap. 29)

2.2. Aspectos da Financeirização

A um leitor desavisado pode parecer estranho termos iniciado este capítulo, sem qualquer mediação, tratando da dialética do capital fictício e dos aspectos reais e, ao mesmo tempo, ilusórios em torno de sua valorização. Essa escolha se deveu ao fato de que justo essa se apresenta hoje como a forma predominante da acumulação de capital em escala global, o que vale extensivamente para o setor de petróleo e suas regras de negociação e precificação. É quase como dizer que o capital fictício se generaliza no capitalismo contemporâneo e adquire o *status* de guia da acumulação capitalista.

A crise de 1973 reestrutura a dinâmica do capitalismo global, em que se configura uma nova fase da acumulação de capital que modifica e abrange não somente as relações econômicas, mas também todas as esferas da vida social. Essa nova fase sucede o período dos

“Anos Dourados” – fase durante a qual as finanças internacionais estiveram à sombra da recuperação das economias devastadas pela Segunda Guerra Mundial e da manutenção do pleno emprego e do bem-estar social – e representa uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo monopolista (“inaugurado” entre 1880-1913), em que as finanças internacionais expandiram-se pelo mundo através dos principais oligopólios internacionais. (CHESNAIS, 1996)

Apesar de existirem nessas duas fases extrema centralização e concentração de capital e interdependência das finanças e da indústria, na mundialização do capital¹¹ surgem novas formas de centralização e acumulação de capital que passam a ser dominadas por grandes conglomerados financeiros e caracterizadas por diversas formas de rentabilidade financeira. Além disso, nessa nova fase, a esfera financeira ganha cada vez maiores proporções em relação à esfera produtiva, crescendo acima do investimento, do PIB ou do comércio exterior dos países. Essa dinâmica se sustenta a partir da criação de capital fictício e a integração dos mercados financeiros globais resulta do processo de abertura e desregulamentação das economias nacionais. (CHESNAIS, 1996)

As proporções do capital monetário ditam as decisões de investimento, o comportamento das empresas, dos Estados e dos principais centros capitalistas globais. Além disso, o avanço das finanças internacionais busca o aumento da produtividade do capital¹² em todas as esferas, especialmente nas relações de trabalho, com a apropriação brutal da mais-valia. É o que Harvey (2008) denomina “acumulação flexível”, a qual confronta a rigidez do fordismo – fase anterior a 1973. No período de 1965 a 1973 dos “Anos Dourados” ou “Fordismo” – como denomina o autor – a rigidez dos investimentos de capital fixo em larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa impossibilitava o crescimento em novos mercados e dificultava a flexibilidade de planejamento. A superação da rigidez esbarra nas relações contratuais de trabalho estabelecidas em um período anterior de crescimento do poder dos sindicatos e da força de trabalho. Por outro lado, os gastos sociais e de seguridade crescentes do Estado incorriam em problemas fiscais, uma vez que o crescimento econômico das empresas não se mostrava como antes (fator que legitimava os gastos públicos). Os

¹¹Chesnais (1996) utiliza o termo mundialização do capital para designar uma nova configuração do capitalismo, e não apenas uma etapa do processo de internacionalização iniciada nos anos 1950, como designado em outras literaturas.

¹² É importante qualificarmos essa expressão. A rigor, a produtividade não é do capital, porque o produtor de riqueza é o trabalho. A produtividade, portanto, só pode ser do trabalho e nunca do capital. Quando esses autores (aqui e adiante) usam essa expressão querem se referir à relação produto/unidade de capital, ou seja, querem calcular quanto de produto se alcança por meio de um acréscimo no capital.

Estados tiveram como ação políticas monetárias expansionistas, gerando uma onda inflacionária. (HARVEY, 2008)

Essa nova fase do capitalismo é caracterizada por Chesnais (2003) como a fase de vigência de um “regime de acumulação com dominância financeira”, que está estreitamente ligado à mundialização do capital, etapa particular do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro. Nesse regime de acumulação situam-se novas formas de concentração de capital-dinheiro, adquirindo protagonismo os fundos de pensão, fundos mútuos e fundos de investimento, os operadores financeiros institucionais, instituições político-financeiras, os novos movimentos de capitalização via lucros e dividendos, além de uma infinidade de novos “produtos financeiros”. As novas formas de concentração do capital-dinheiro conferem às finanças autonomia relativa frente ao setor produtivo, espaço de geração de riqueza e mais-valia. (CHESNAIS, 2003)

As relações entre “finança” e “indústria” se reestruturam a partir de imposições e forte poder exercido pelos mercados financeiros sobre os grupos industriais, através do estabelecimento de níveis mínimos de taxa de juros e lucros, além da reestruturação das relações de trabalho e de assalariamento. Os interesses de ambos os setores, por sua vez, continuam a estar interpenetrados. Nessa relação, os fundos de pensão e de investimento agem como fiscais das estratégias do setor produtivo, pois a garantia dos seus lucros está atrelada à exploração da força de trabalho e produção de mais-valia. Desse modo, a expropriação de mais-valia e o grau máximo de flexibilização do trabalho são elementos centrais dessa forma de dominância financeira. (CHESNAIS, 2003)

A década de 1970 foi delimitada por uma crise estrutural, típica da própria dinâmica capitalista e com desdobramentos que levam a mudanças substanciais quanto ao próprio modo de funcionamento do capitalismo. Como já discutimos anteriormente, a crise foi à expressão da diminuição da acumulação de capital, provocada por uma restrição nos investimentos e consequente freio no crescimento da produção e aumento da onda de desemprego. Essa diminuição da acumulação do capital é explicada pela diminuição da rentabilidade do capital, pois a queda dos lucros desencoraja a acumulação e prejudica o crescimento da produção e do emprego. O aumento desproporcional dos preços do barril de petróleo pela OPEP em 1973 foi o estopim que gerou desaceleração nas economias de todo o mundo, pois o petróleo é um insumo presente em todas as cadeias globais de produção. Esse movimento veio associado a um lento crescimento da produtividade do trabalho referente à deterioração regular das performances da mudança técnica. (DUMÉNIL E LÉVY, 2003). De acordo com Harvey

(2008, pp. 136-137), o Choque do Petróleo de 1973, somado a um movimento inflacionário e de rigidez na acumulação produtiva,

(1) mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e (2) levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, problema que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais.

Assim, a rigidez dos contratos de salários e a rigidez produtiva, assim como a capacidade excedente de produção, restringiam a acumulação de capital a níveis crescentes. Com efeito, com a recessão de 1973, uma série de reestruturações acontece na forma de acumulação de capital, e principalmente uma reestruturação do mercado de trabalho com a redução do poder de barganha dos trabalhadores e perdas de salários, e a redução dos trabalhos regulares em prol de trabalhos temporários, parciais ou subcontratados. (HARVEY, 2008)

Dois desdobramentos ocorrem, portanto, a partir da crise dos anos 1970: mudança técnico-organizacional e abertura e desregulamentação dos mercados globais. Esses dois fatores modificam a relação da produtividade do capital com os baixos lucros auferidos no período. Primeiro, porque as novas tecnologias da informação e da comunicação permitem a redução de preços através de uma reestruturação produtiva e porque com a alta taxa de desemprego os salários caíram e estagnaram. Segundo porque o capital encontrou a livre mobilidade para operar internacionalmente em busca de rentabilidade nas bolsas financeiras. (DUMÉNIL E LÉVY, 2003)

Desde os anos 1980, o controle dos salários e do custo do trabalho drenou as transferências de rendas para os *rentiers*.

Antes mesmo que os efeitos benéficos dessas mudanças se fizessem sentir, uma modificação profunda na repartição das rendas (juros e dividendos) se produziu em benefício do capital (cujas rendas haviam sido fortemente reduzidas durante a crise). Essa modificação da repartição foi uma expressão do novo curso das políticas neoliberais e da alteração correspondente das instituições do capitalismo, tanto no plano nacional quanto no internacional, dando ao mundo contemporâneo dois de seus traços hoje fundamentais: a financeirização e a globalização dos mercados. (DUMÉNIL E LÉVY, 2003, pp. 25-26)

Já ressaltamos, algumas linhas mais cedo, que a desregulamentação e flexibilização dos mercados, inclusive do mercado de trabalho, foi condição necessária para a instituição dessa “nova ordem” e são justo esses os elementos que conferirão vantagens absolutas ao capital à custa de uma piora expressiva nas condições de vida e trabalho.

Com essas modificações, as finanças passam a ser hegemônicas na economia, fixando as regras do jogo e exercendo o controle econômico da renda, do emprego, da macroeconomia e, conseqüentemente, de todo o arranjo social, político e cultural a partir daí. A expansão das finanças ocorreu de forma gradual com a formação dos euromercados, mas encontrou na crise estrutural da década de 1970 e nas mudanças ocorridas no sistema monetário internacional as circunstâncias favoráveis ao seu estabelecimento através do monetarismo e do neoliberalismo. (DUMÉNIL E LÉVY, 2003; VILLARREAL, 1984)

A importância das finanças já se evidenciava no tratamento que Hilferding (1910/1981) e Lênin (1916/1964) fazem sobre a emergência do capitalismo monopolista, em que apontam para a transformação do capitalismo pela ascensão do capital financeiro nas últimas décadas do século XIX. Evidencia-se que os processos de concentração e centralização que levaram à formação e internacionalização de grandes grupos oligopolistas criaram uma dependência cada vez maior dos bancos para que o próprio capital pudesse se expandir.

No novo curso do capitalismo as corporações multinacionais dominam a economia mundial, as finanças explodem, a exportação de capitais cresce e, com ela, cresce a dependência frente ao capital monetário. Entretanto, nessa nova fase há uma desvinculação operacional entre a esfera financeira e a esfera produtiva, criando uma aparente autonomia das finanças, mudanças na relação das empresas que passam a adquirir meios de financiamento independentes nos mercados financeiros abertos, mudanças na organização do trabalho. São essas modificações que fazem Lapavitsas (2011) tratar a financeirização como uma transformação sistêmica da economia capitalista.

Com a derrocada da União Soviética e o forte poderio militar dos EUA, estes se situam, na década de 1970 e 1980, em uma posição inigualável no mundo, contribuindo para isso seu protagonismo no plano financeiro internacional. O país impõe suas regras calcadas na necessidade do setor financeiro, ditando as regras do comércio e das finanças internacionais através de organismos internacionais (FMI, OMC e Banco Mundial) e de

relacionamentos estreitos menos formais e colaborativos com oligopólios mundiais.¹³ Os EUA, como senhorio, aumentam e diminuem suas taxas de juros e desvalorizam e valorizam sua moeda a fim de obter lucros financeiros especulativos vantajosos. (CHESNAIS, 1996)

Além do mais, as vantagens dos Estados Unidos relacionam-se com o papel do dólar no sistema financeiro mundial e seus centros financeiros, preferidos pelas classes capitalistas e rentistas do mundo inteiro. Para além disso, o país conta com recursos internos e externos que garantem tecnologia e mão-de-obra qualificada às empresas, conferindo altas taxas de produtividade ao capital, brutalmente favorecidas por uma fragilização da classe trabalhadora, que se curva às altas taxas de exploração de sua força de trabalho. (CHESNAIS, 2003)

A liberalização ampla do comércio teve efeito sobre as operações dos grupos multinacionais (e hoje já transnacionalizados), facilitando-as, sobretudo, com o aumento do comércio intracorporativo. Além disso, a desregulamentação e a liberalização aliadas às novas tecnologias aumentaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se movimentar, de investir e desinvestir em determinados países e regiões. Com isso, o capital encontra livre mobilidade para buscar o melhor preço da força de trabalho, o mais vantajoso acesso a matérias-primas e a mercados, realizar investimentos ou terceirização de suas atividades (em parte ou no todo) e reverter todo esse fluxo tão logo se depare com condições mais favoráveis em outros espaços geográficos. (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2008). Desse modo,

[n]ovos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing. (HARVEY, 2008, p. 150)

A atuação obrigatoriamente global do “oligopólio mundial” forma a base de expansão dos principais grupos, dos investimentos cruzados e da concentração resultante das fusões e aquisições, constituindo-se um espaço interdependente e colaborativo, um fator importante de barreira à entrada (CHESNAIS, 1996), quase como se Kautsky (2009), no início do século passado, tivesse razão ao apontar para a formação inevitável de um ultraimperialismo.

¹³ Por exemplo, o grupo multinacional Shell – que foi uma das empresas constituintes do cartel das Sete Irmãs e atualmente uma das três maiores companhias petrolíferas do mundo – é um dos grandes financiadores de campanhas eleitorais nos Estados Unidos. (FUSER, 2013)

Na nova correlação entre “indústria” e “finança” é necessário que os grupos possam usufruir de liberdade total de abastecimento, produção, comercialização, algo amplamente alcançado com a liberalização dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) e das trocas comerciais, ou das exportações de capitais (em que forma estiverem) e de mercadorias. De modo que o regime de acumulação com dominância financeira é mundializado porque projeta-se internacionalmente, sistematicamente e com força sobre todos os países. (CHESNAIS, 2003)

O avanço das microtecnologias, aliado às políticas neoliberais, modificou as relações da classe trabalhadora com o setor industrial. A intensidade do trabalho e a precarização permitiram que as empresas explorassem baixos salários sem sequer precisarem se deslocar para outras zonas (CHESNAIS, 1996). As formas de trabalho baseadas na desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho ganharam força nos EUA e avançaram nos demais países. Um sistema de produção flexível, baseado nas necessidades específicas, rápidas, especializadas e adaptadas para mercados específicos, foi sendo adotado por todos os grandes grupos, trazendo uma lógica de produção em pequenos lotes e com subcontratação de serviços, com alta flexibilidade e deslocalização produtiva e aceleração do ritmo de inovação do produto. (HARVEY, 2008)

Conseqüentemente, a maioria dos países perdeu o controle na condução de políticas independentes que pudessem atender às suas particularidades. A submissão dos demais países do globo às políticas neoliberais do centro do capitalismo permitiu que as finanças internacionais se expandissem à vontade por onde quisessem. Por conseguinte, os países se tornaram mais vulneráveis às oscilações de mercado, pois as finanças internacionais se deslocam rapidamente no espaço mundial conforme lhes convém, deixando efeitos reais e crises econômicas profundas por onde passam (a exemplo das desvalorizações cambiais ocorridas em sequência em países periféricos do leste asiático, Rússia, México, Argentina, Brasil), evidenciando que, ademais, nessa nova fase do capitalismo não só as desigualdades internas aos países se acentuam, mas também as desigualdades no plano internacional (CHESNAIS, 1996). Esse deslocamento e livre mobilidade das finanças internacionais potencializou a formação de crises financeiras e monetárias em virtude da capacidade de os capitais entrarem e saírem dos mercados, desprezando o tempo e o espaço, e desprezando também os espaços materiais de consumo e produção. (HARVEY, 2008)

2.3. O mercado de petróleo após 1973 e a adaptação ao sistema de precificação

O que tudo isso tem que ver com o mercado mundial de petróleo? Como já discutimos, o aumento dos preços do petróleo em 1973 ocasionou consequências em todos os países dependentes de petróleo, particularmente em seu desenvolvimento econômico.

Nas economias industrializadas houve aumento generalizado da inflação devido aos custos energéticos de produção e transporte. Já os países produtores aumentaram significativamente sua renda advinda das exportações de petróleo. As nações em desenvolvimento e os países do chamado “terceiro mundo” incorreram em vários problemas econômicos, como o aumento da dívida externa. Diante disso, os países industrializados começaram a realizar políticas energéticas alternativas (controladas pelo Estado) ao uso de petróleo em suas economias, objetivando reduzir a dependência desse insumo através do uso de combustíveis alternativos, da busca por fontes diversificadas de petróleo e da conservação da energia. Os países produtores, por sua vez, começaram a operar com a capacidade plena de produção (exceto a Arábia Saudita), incorporando as empresas estatais que antes atuam apenas nas operações de *upstream*.¹⁴ Além disso, os países centrais destinavam fluxos de investimentos aos países do “terceiro mundo” temendo uma onda de nacionalismos. (YERGIN, 2012)

A OPEP continuou a dominar o mercado mundial de petróleo ao longo dos anos 1970: respondia por 65% da produção total de petróleo do “mundo livre” em 1973 e 62% em 1978, entretanto o domínio da organização já começava a declinar. Os países industrializados, especialmente os Estados Unidos, começaram a investir em novas regiões petrolíferas descobertas antes mesmo de 1973, como o Alasca, o México e o Mar do Norte. Desde 1930, o México apresentava uma alta capacidade petrolífera, e no momento dos investimentos petrolíferos em novas regiões, as dificuldades econômicas do país poderiam se estabilizar. O estímulo à produção fora da OPEP em razão dos altos preços e das preocupações com a segurança energética alternavam o suprimento mundial de petróleo para além dos países da organização, conferindo-lhes menos poder nesse mercado. (YERGIN, 2012)

As preocupações em relação a um novo choque do petróleo eram constantes. Primeiro porque as variações nos preços de barris após 1973 aconteciam na casa dos dólares, e não mais na casa dos centavos. Segundo porque qualquer alteração nos preços do barril de

¹⁴A indústria do petróleo é dividida em três áreas de atuação: *upstream*, que compreende às operações de exploração e produção; *midstream*, que compreende as operações de transporte de petróleo; e *downstream*, que compreende as operações de refino, comercialização e distribuição. (YERGIN, 2012)

petróleo não traria consequências apenas para a indústria energética, mas também para uma série de atores econômicos, ou seja, para os consumidores, para uma multiplicidade de negócios de linhas aéreas, bancos, cooperativas agrícolas, para os governos nacionais e para a economia internacional. (YERGIN, 2012)

A relação estreita entre mercado e Estado quando se trata de petróleo não pode deixar de ser analisada ao entender os inúmeros acontecimentos na região do Golfo Pérsico. Essa região é formada por nações rivais entre si há milênios, e que constituem atualmente nações rentistas, dependentes das oscilações no mercado de petróleo. Assim, por mais que o segundo choque do petróleo de 1979 tenha sido em virtude de um novo aumento dos preços do barril de petróleo, esteve estritamente relacionado à geopolítica local e a fatores psicológicos de mercado.

O Irã não conseguia absorver rapidamente a renda proveniente do primeiro choque do petróleo, incorrendo em diversos problemas sociais como a urbanização não planejada, a inflação, e as dificuldades de abastecimento interno. Assim, em 1977 começaram greves no setor petrolífero na região, permanecendo posteriormente as tensões e o cessar da produção em 1978. As consequências da crise do Irã para o mercado mundial de petróleo não se relacionam em si com o país, mas sim com a visão mercadológica e de segurança energética nos demais países em relação às instabilidades da região do Oriente Médio. A principal medida tomada por esses países foi a constituição de maiores estoques de petróleo em seus países, temendo novos aumentos. Entretanto, essa medida causou efeito reverso, uma vez que a aquisição extra, além das reais necessidades de consumo e especulação, resultou em um aumento absurdo dos preços, o que as companhias e países queriam justamente evitar. (YERGIN, 2012)

Estocar barris de petróleo em condições normais de operação garantia regularidades nas operações para prevenir interrupções no sistema de altíssimo investimento de capital e assegurar eventualidades na oferta e procura, causadas, por exemplo, por problemas de transporte e fatores climáticos. O sistema de estoque funcionava à base de previsão de preços: se o preço poderia subir, comprariam mais barris a preço baixo no momento para evitar comprar a preços altos posteriormente. Diante da especulação e incertezas geradas pelas tensões da Revolução Iraniana, a corrida pela estocagem de barris gerou o efeito controverso de aumentar de 13 dólares o barril para 34 dólares. (YERGIN, 2010)

A consequência do novo aumento de preços do petróleo foi a procura por mercados alternativos, especialmente o mercado à vista.¹⁵ O mercado à vista que, nesse momento, correspondia a 8% do fornecimento total de petróleo, começou a ser buscado pelos compradores que desejavam conseguir preços mais baratos. Do mesmo modo, a lógica se inverteu, pois, à medida que compradores se dirigiam a esse mercado, os preços subiam e ultrapassavam o preço dos contratos. Diante dessa situação, os países exportadores passaram a acrescentar bônus aos preços oficiais e a mudar os contratos para preços à vista. As companhias estatais eram responsáveis por parcelas cada vez maiores da produção total, e vendiam parte da produção para as companhias privadas. As companhias privadas obtinham vantagens na diferença de preços entre os baixos preços do mercado a prazo e os altos preços do mercado à vista, auferindo altos lucros. (YERGIN, 2012)

As mudanças advindas do nacionalismo dos países produtores em assumir as propriedades das reservas de petróleo e comercializar o produto quebraram as ligações estreitas entre as companhias privadas e os governos. As companhias privadas começaram, assim, a assumir um novo papel no mercado, de compradoras de petróleo das companhias estatais e comerciantes do petróleo. Por mais que companhias estatais assumissem o controle da produção de petróleo, as companhias privadas internacionais dispunham de ampla tecnologia para refino e comercialização, e de *know-how* de mercado, e assim continuaram possuindo grande importância estratégica e mercadológica no mercado internacional de petróleo. A mudança ocorreu no foco das companhias que modificaram suas operações, do mercado de longo prazo para o mercado à vista. Até fins de 1970, 10% do total do petróleo comercializado no mundo era encontrado no mercado à vista. Já no final de 1982, mais da metade do óleo cru comercializado no mundo era vendido no mercado à vista ou a preços do mercado à vista. (YERGIN, 2012)

Quando, no início da década de 1980, eclode a guerra entre Irã e Iraque, guerra entre os islâmicos sunitas e xiitas e entre árabes e persas, ocorre como efeito a diminuição da oferta de petróleo do Oriente Médio no mercado, pois as exportações de petróleo do Irã reduziram, e do Iraque quase zeraram. A guerra Irã-Iraque retirou abruptamente do mercado 4 milhões de barris e 15% da produção da OPEP e 8% da produção mundial. Entretanto, em contrapartida, a demanda mundial por petróleo diminuía, pois, a fim de evitar a aceleração da inflação, os países freavam suas economias. Além do mais, os tanques de estocagem ainda estavam cheios

¹⁵ A diferença entre mercado à vista e mercado futuro será esclarecida no próximo capítulo. Por ora, é suficiente dizer que o mercado à vista envolve negociações cuja liquidação física (quando o vendedor entrega o ativo) e financeira (quando o comprador paga pelo ativo adquirido) deve ocorrer até três dias depois de o contrato ser firmado.

diante das circunstâncias de 1979. Já outras fontes de petróleo aumentavam sua produção, visto que os países fora da OPEP viam a oportunidade de aumentar suas rendas vendendo mais petróleo. Novos produtores cresciam no mercado mundial de petróleo: Egito, Malásia, Angola e China. A URSS, por sua vez, aumentava suas exportações de petróleo. A produção da OPEP em 1981 foi 27% menor que em 1979, e assim o poder da organização no controle e manutenção de preços era enfraquecido. (YERGIN, 2012)

Somada a política restritiva do Federal Reserve (Banco Central norte-americano) com alta das taxas de juros do país (choque dos juros de 1979 ou choque Volcker) e o aumento dos preços do barril de petróleo, o consumo dos países industrializados estagnou, desencadeando uma profunda recessão mundial entre 1980 e 1982. Os países em desenvolvimento, anteriormente assolados pela dívida com países industrializados e atingidos pela recessão, entraram em uma profunda crise econômica, diminuindo a demanda mundial por petróleo. (YERGIN, 2012)

Os diversos movimentos mencionados iam em direção ao dilema comum do mercado de petróleo: manutenção dos preços pelo controle da produção. A queda na demanda, o crescimento ininterrupto da produção fora da OPEP e a liberação dos estoques colocavam maciço excedente de produção, e a OPEP não conseguia mais controlar a produção naquele momento. Como efeito, os preços à vista no mercado caíam. Outro dilema do mercado de petróleo retornava naquele momento: as oscilações de preços e a volatilidade de mercado. Nos mercados à vista, quando uma mercadoria é muito vendida com preços que são voláteis e incertos, os operadores (compradores e vendedores) buscam um mecanismo para minimizar seus riscos. Esse mecanismo são as bolsas de futuros, as quais possibilitam que um comprador adquira o direito de comprar a mercadoria em alguma data futura a um preço pré-determinado durante as operações. “À medida que a economia mundial se tornou menos estável no pós 1970 e as regulamentações foram progressivamente abolidas, as bolsas de futuro surgiram para o ouro, os juros, as moedas e, finalmente o petróleo” (YERGIN, 2010, p. 821).

A inserção do mercado de petróleo nas bolsas de futuros resultava, assim, em um novo processo da indústria, mas não muito distinto do que já acontecia nas câmaras de trocas comerciais no final do século XIX. “O direito a um único barril de petróleo poderia agora ser comprado e vendido várias vezes com os lucros, às vezes imensos, indo para os comerciantes especuladores” (YERGIN, 2010, p. 821).

O petróleo, que não podia ser considerado uma mercadoria qualquer por seu caráter estratégico e militar, estreitamente relacionado à soberania de um país, introduziu-se agora ao mercado de *commodities*, estando relacionado a outras mercadorias quaisquer como o ouro e

produtos agrícolas (YERGIN, 2010). A nova configuração do mercado mundial de petróleo e sua adequação ao modo de acumulação financeirizado reestruturava e modificava as relações dentro e fora desse mercado. No próximo capítulo essas reestruturações e modificações serão detalhadas.

CAPÍTULO 3

O ATUAL SISTEMA DE PRECIFICAÇÃO DO PETRÓLEO

Em decorrência das mudanças ocorridas no mercado mundial de petróleo na década de 1970 e do modo de acumulação capitalista financeirizado, a forma de precificação, comercialização e produção, bem como a relação dos países com as companhias privadas internacionais e dos países produtores de petróleo com os países consumidores se modifica. Esse capítulo busca compreender e analisar as principais mudanças ocorridas e as decorrências no mercado de petróleo.

3.1. Mercado à vista e mercado futuro de petróleo

As novas “engenharias financeiras” que surgiram e avançaram pelo mundo com a desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização das barreiras entre os países engendraram novas operações no chamado mercado de capitais, que vai muito além dos bancos e sistemas de crédito. O desenvolvimento do mercado de capitais inclui outras formas de crédito, poupança e seguros, amplos mercados de títulos de renda futura, além do financiamento produtivo, este que nem sempre passa pelos mercados de capital. Ademais, a indústria petrolífera passou por uma série de fusões e aquisições, as quais também nem sempre estão ligadas a investimento produtivo, pois muitas vezes estão ligadas a mudanças de propriedade ou aniquilação da concorrência. (GOWAN, 2003)

Dentro do mercado de capitais, os derivativos¹⁶ adquirem importância para a indústria petrolífera, pois estabelecem as negociações dos papéis relacionados à compra e venda no

¹⁶ Derivativos são contratos que tem seu preço derivado do preço de um ativo subjacente (físico ou financeiro), de uma taxa de referência ou de um índice de mercado. A negociação de um contrato futuro de petróleo, por exemplo, não significa operar o petróleo em si, mas operar um contrato baseado (derivado) no seu valor no mercado à vista. É essa forma de operação que explica a improvável (mas não impossível) circunstância que leva a que o preço do petróleo seja negativo, com uma desvalorização de 300% como aconteceu em abril de 2020. Quanto a isso, D’Agosto (2020) nos esclarece que o contrato futuro “[...] estabelece o preço em que, numa determinada data padronizada pela bolsa, a mercadoria será vendida ao comprador. Entretanto, apesar de formalmente prevista, na maioria dos casos não há a liquidação física da mercadoria no vencimento do contrato. Isso porque a operação é encerrada até a data do vencimento, no momento em que o vendedor compra o mesmo contrato. Por sua vez, o comprador também vende, até o vencimento, aquele contrato que havia sido comprado anteriormente. Portanto, na prática, a liquidação da operação acontece pelo recebimento (ou pagamento) da diferença entre o preço de compra (ou venda) em relação à cotação do contrato no dia do encerramento da posição. Como existe a previsão de que o contrato possa ser liquidado com a entrega física da mercadoria, essa possibilidade já é suficiente para que o preço à vista não tenha muita divergência em relação ao preço do contrato futuro. Mas não foi o que aconteceu no dia 20 de abril”, quando a capacidade de armazenamento de petróleo atinge seu limite dada a distância entre oferta e demanda de petróleo durante a pandemia do coronavírus, o que leva os compradores a encerrarem suas posições, vendendo os contratos no mercado –

mercado à vista e futuro, tanto do barril de petróleo quanto dos seus derivados, e estabelece a compra e venda de ações, debêntures e demais tipos de derivativos das companhias petrolíferas de capital aberto. Tais operações são realizadas inicialmente no mercado primário, em que as negociações – e direito aos títulos – são feitas diretamente pelos investidores “finais”, e podem ser posteriormente levadas ao mercado secundário, em que os direitos aos títulos são renegociados entre terceiros por diversas vezes sem limites de operações. (BRAGAGLIA, 2017)

Ao contrário de ativos financeiros puros, os preços das transações de mercado de petróleo devem ser ancorados na dimensão física, no fato de que diariamente milhões de barris de petróleo bruto são consumidos, armazenados e amplamente comercializados, sendo comprados e vendidos todos os dias a preços acordados pelas partes na transação. Ou seja, em tese, a ideia supõe que os preços devem refletir as condições existentes de oferta e demanda. Entretanto, no mercado mundial de petróleo, essa ideia não prevalece. As dimensões físicas e financeiras tomam proporções diferentes na formulação de preços do barril de petróleo.¹⁷ (FATTOUH, 2011)

As mudanças ocorridas na década de 1970 levaram ao desenvolvimento de uma estrutura complexa e interligada no mercado de petróleo, que consiste nas operações de contratos futuros, à vista (*spot*), mercado de opções e outros mercados de derivativos, como o mercado de títulos (papéis). As inovações tecnológicas da época permitiram que as transações e negociações acontecessem 24 horas por dia e em qualquer lugar do mundo com uma multiplicidade de atores nas principais bolsas. (FATTOUH, 2011)

A comercialização de petróleo – compra e venda – é realizada hoje majoritariamente através do mercado à vista ou mercado futuro. No mercado à vista, as partes podem concordar com os preços no momento do acordo, e não são regidas por um contrato futuro. Geralmente, esse preço é estabelecido vinculado ao preço do barril naquele momento. Entretanto, esse mercado é menos usual que o mercado futuro. Os contratos futuros, ou contratos a longo-prazo, são negociados entre as duas partes e estabelecem o volume, a entrega, a data (geralmente entre 1 a 2 anos), a inadimplência e os preços. Os preços nos contratos futuros são calculados através de uma fórmula de precificação que projeta os preços futuros partindo dos preços à vista. A formulação desse preço é principalmente baseada nos chamados *benchmarks*, tipos específicos de petróleo bruto que se tornaram internacionalmente aceitos

movimento que, feito em manada, pressiona para baixo a cotação do petróleo. Essa longa digressão foi apenas para ilustrar a força especulativa que domina o sistema de precificação do petróleo hoje.

¹⁷ Vide exemplo trazido na nota de rodapé anterior.

por todos os operadores (compradores e vendedores). Nesse sentido, a nova formulação de preços no mercado mundial de petróleo tem como base os sistemas de precificação dos mercados futuros.¹⁸ (FATTOUH, 2011)

Há uma infinidade de tipos e qualidades de petróleo bruto. Sendo assim, os preços dos demais tipos de petróleo além dos *benchmarks* oscilam em cima dos preços de referência ou convencionais. As propriedades intrínsecas do petróleo bruto determinam a mistura de produtos finais de petróleo e as duas propriedades mais relevantes são densidade e teor de enxofre. O óleo cru ou puro, que possui densidade mais baixa, referido como “petróleo leve”, normalmente produz maiores proporções dos derivados e por processos mais simples de refino, os quais possuem maior valor de mercado, como a gasolina e outros produtos leves. Por outro lado, o “petróleo pesado” tem uma baixa proporção de hidrocarbonetos leves e requer um processo de refino complexo, como croque e craqueamento, para produzir proporções semelhantes às dos derivados de petróleo. O teor de enxofre, um elemento que está naturalmente no petróleo bruto, é uma propriedade indesejável e os refinadores fazem pesados investimentos para removê-lo. Os óleos cru ou bruto com alto teor de enxofre são referidos como “óleos ácidos”, enquanto aqueles com baixo teor de enxofre são referidos como “óleos doces”. (FATTOUH, 2011)

Os principais *benchmarks* são o *West Texas Intermediate* (WTI), o *Dated Brent* e o *Dubai-Oman*. O tipo *Brent* é um petróleo do Mar do Norte, que assumiu um estágio central na precificação do petróleo nos anos 1980 no mercado à vista. Inicialmente lançado na *International Petroleum Exchange* (IPE),¹⁹ o mercado de *Brent* cresceu em complexidade e hoje representa uma infinidade de camadas financeiras incluindo mercados de futuros e *swaps*, os quais são altamente líquidos, com uma variedade de instrumentos financeiros negociados ativamente por uma ampla gama de operadores físicos e institucionais que entram no mercado para gerir o risco do investidor, proteger as suas posições e também apostar nos movimentos do preço do petróleo. O mercado de *Brent* atingiu o nível de constituir 70% dos

¹⁸ Até os anos 1970, o preço do petróleo era relativamente estável e sua definição passava pelas decisões das grandes companhias do setor e, mais tarde, pela OPEP, como já apontamos. Sua capacidade de interferir nos preços tinha que ver com o controle da produção, que exerciam em larga escala, garantindo possibilidade de manipular a oferta de petróleo de acordo com seus interesses comerciais. Os choques do petróleo, entretanto, desenharam um cenário de forte e continuada volatilidade de preços, o que trouxe à tona a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de *hedge* que pudessem oferecer a compradores e vendedores proteção e garantias quanto a um mercado que se mostrava crescentemente instável. Não à toa os derivativos se apresentaram como o caminho predominante nesse reordenamento do mercado mundial de petróleo. A própria criação da *International Petroleum Exchange* (IPE), em 1980, parece corroborar com essa percepção.

¹⁹ Com sede em Londres, a IPE (hoje ICE Futures) foi uma das maiores bolsas de futuros e opções de energia do mundo.

preços bases do mercado mundial de petróleo direta ou indiretamente nas transações atuais. “Em 2010, o volume médio diário negociado ultrapassou 400.000 contratos ou 400 milhões de barris, mais de cinco vezes o volume da produção global de petróleo” (FATTOUH, 2011, p. 43), como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Volume diário de contratos e negociações do tipo Brent* (1990–2010)



Fonte: Elaborado por Fattouh (2011, p. 44), com base em dados da ICE Futures. *Notas: i) o petróleo de tipo *Brent* (referência para o mercado europeu e para o Brasil) é extraído do Oriente Médio e do Mar do Norte e negociado na bolsa de Londres. Como é um óleo mais pesado, seu preço tende a ser menor; ii) os contratos *open interest* são contratos de posição aberta, em que as transações ainda não foram liquidadas até a data de vencimento do contrato.

O *West Texas Intermediate* (WTI), por sua vez, foi escolhido em 1983 como o principal *benchmark* da época, assumindo a posição do petróleo leve saudita como preço base para o petróleo cru ou bruto comercializado no pregão da NYMEX (*New York Mercantile Exchange*).²⁰ O WTI é um tipo de petróleo abundante e de fácil comercialização do Texas (EUA), e assim assume essa posição inicial. O tipo de *benchmark Dubai-Oman* emergiu em 1984, sendo comercializado e baseando preços em grande parte da região do Golfo Pérsico para o petróleo exportado para a Ásia, assumindo também a posição anterior do petróleo leve saudita. Esse *benchmark* emerge devido a um crescimento e desenvolvimento dos mercados financeiros – ainda que em menor escala – em Dubai. (FATTOUH, 2011; YERGIN, 2013)

As avaliações dos principais *benchmarks* são dadas por *Pricing Reporting Agencies* (PRAs), as quais reportam os valores de mercado dos barris baseadas na estrutura de mercado e nos países que os *benchmarks* representam. Essas avaliações, entretanto, são subjetivas, uma vez que há variações metodológicas entre uma PRA e outra, e, como efeito, as agências

²⁰ Com sede em Nova Iorque, a NYMEX é hoje o maior mercado físico de negociação de contratos futuros de *commodities* do mundo. Junto da CME, CBOT e COMEX, compõe o CME Group (*Chicago Mercantile Exchange Group*), um dos gigantes globais no mercado de derivativos.

podem produzir preços diferentes para o mesmo *benchmark*, afetando as receitas dos exportadores e os fluxos financeiros entre as partes em contratos financeiros. Além do mais, nas últimas décadas, uma multiplicidade de agentes financeiros e de camadas financeiras surgiu em torno dos mercados de petróleo bruto de *benchmark* em busca de rentabilidade. Essa multiplicidade de agentes financeiros inclui fundos de pensão, fundos de investimento, fundos de índice, comerciantes, técnicos e indivíduos de alto patrimônio líquido. Isso se explica pelo aumento da participação de agentes financeiros nos mercados de *commodities*, os quais buscam diversificação de portfólio e certa segurança, pois os retornos das *commodities* são positivos quando relacionados à inflação, e, assim, alguns investidores entram no mercado de *commodities* para se proteger contra o risco da inflação e o dólar fraco, além de expectativas de retorno relativamente altas baseadas no fundamento de ser um mercado mais restrito, além, é claro, das inovações financeiras que facilitam e diminuem os custos de participação no mercado de *commodities*. Como exemplo, os *Index Funds* – fundos mútuos de investimento – buscam minimizar riscos por meio da diversificação de ativos, ao atrelá-los ao desempenho de um índice que considera em sua composição contratos futuros de *commodities*. (BRAGAGLIA, 2017; FATTOUH, 2011)

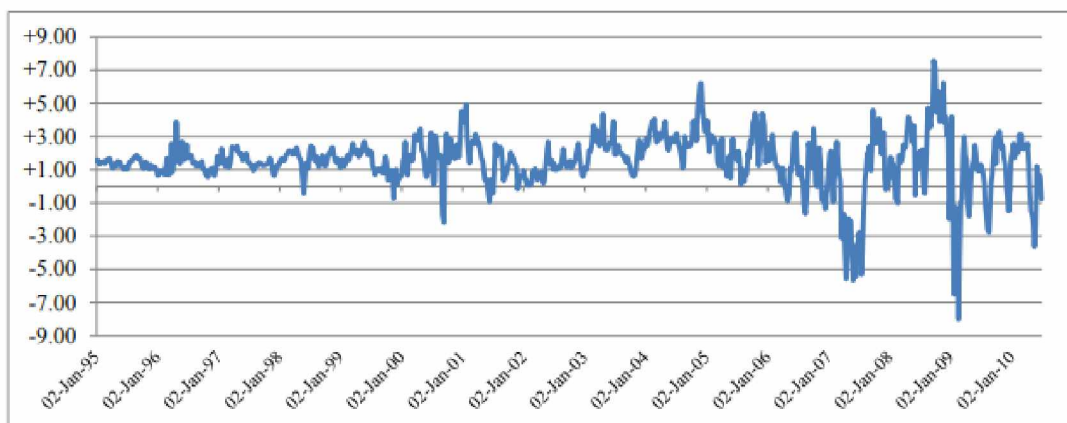
Assim sendo, o sucesso e a aceitação internacional dos *benchmarks* não são pautados no volume de produção, e sim na força dos mercados financeiros aos quais estão atrelados. Apesar dos altos volumes de produção de barril de petróleo no Golfo Pérsico, há pouca liquidez nos mercados desses países e pouco desenvolvimento de seus mercados financeiros. Os mercados de WTI, *Brent* e *Dubai-Oman*, com volumes de produção relativamente baixos, definem o preço para mercados com maiores volumes de produção nas demais partes do mundo, mas que não atingiram historicamente (e também atualmente) as condições comumente aceitas nos mercados internacionais. (FATTOUH, 2011)

Disso decorre o fato de que os principais países produtores de petróleo no mundo não conseguem mais influenciar diretamente os preços do petróleo como faziam através da OPEP. O atual sistema de precificação do mercado petrolífero é baseado e definido no “mercado”, onde uma ampla camada de agentes financeiros atua em busca de ganhos especulativos através dos preços de referência, ou seja, *benchmarks*, que são avaliados e reavaliados por agências mercadológicas (privadas). Nesse sentido, a precificação no mercado mundial de petróleo assume dinâmicas que não são somente baseadas em valor real, ou seja, na dimensão física, material da riqueza. (FATTOUH, 2011)

At the early stages of the current pricing system, linking prices to benchmarks in formulae pricing provided producers and consumers with a sense of comfort that the price is grounded in the physical dimension of the market. This implicitly assumes that the process of identifying the price of benchmarks can be isolated from financial layers. However, this is far from reality. [...] the different layers of the oil market form a complex web of links, all of which play a role in the price discovery process. (FATTOUH, 2011, p. 8)

A adaptação do mercado mundial de petróleo ao modo de acumulação financeirizado tem efeito, sobretudo, nos preços das ações de barris de petróleo a partir das especulações e expectativas de ganhos prospectivos no mercado de futuros. Essas expectativas em torno do mercado futuro têm ganhado cada vez mais um papel importante na precificação do petróleo. Se grandes expectativas ou incertezas são geradas e infladas, o preço do petróleo no mercado futuro pode divergir do valor real, carregando consigo um enorme potencial de eclosão de crises e “ruptura de bolhas”. O Gráfico 2, ao mostrar um descolamento entre WTI e *Brent*, reflete, de certa forma, a bomba-relógio que esse sistema revela ser.

Gráfico 2: Diferencial de preço WTI - *Brent*, em dólares por barril (1995-2010)



Fonte: Elaborado por Fattouh (2011, p. 60), com base em dados da Petroleum Intelligence Weekly.

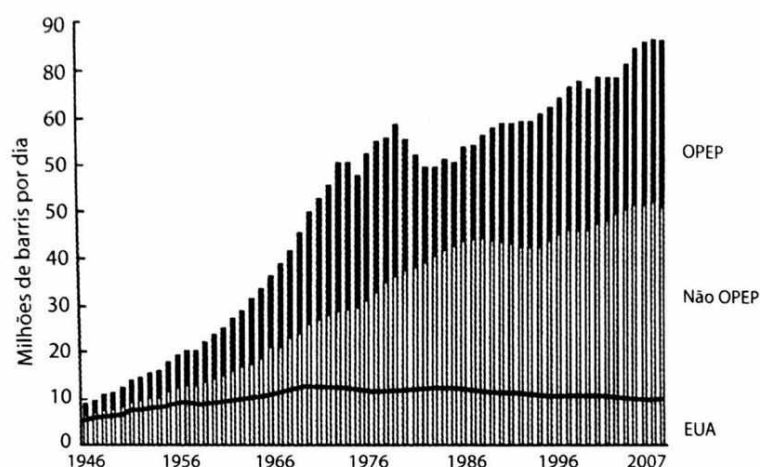
Em abril de 2020, devido às especulações financeiras em torno da pandemia de Covid-19 no mundo, pela primeira vez na história o preço do petróleo ficou negativo.²¹ Em questão de horas, o preço do barril de petróleo caiu de 18 dólares para 38 dólares negativos (AMBROSE, 2020). Por mais que uma recessão global já se apresentasse naquele momento, e a demanda por petróleo já estivesse em declínio no mundo (com expectativas de piora para os próximos meses), não é óbvio explicar o preço negativo atribuído a um valor real, de algo que

²¹ Como já resgatamos em nota de rodapé anterior.

é físico como o barril de petróleo. Esse acontecimento demonstra o peso especulativo e a criação de valor ilusório sobre determinado mercado físico. “Thus, the idea that one can isolate the physical from the financial layers in the current oil pricing regime is a myth” (FATTOUH, 2011, p. 74).

Os dois gráficos seguintes, extraídos de Yergin (2012), comparam produção líquida e preços reais do petróleo bruto e, embora se refiram a um período muito anterior ao caso inédito ocorrido em 2020, nos ajudam a mostrar que o aumento dos preços e da instabilidade, a exemplo do Choque do Petróleo de 1973 e a crise de 2008, não é acompanhado pelo enfraquecimento da produção líquida mundial de petróleo, o que reforça a concepção de que as dimensões físicas (ou produtivas) e financeiras do petróleo tomam proporções distintas na formulação de preços.

Gráfico 3: Produção Líquida Mundial (1946-2007) (inclui petróleo bruto, GNLS, condensados e outros líquidos)



Fonte: Elaborado por Yergin (2012, p. 910), com base em dados da CERA e da Energy Information Administration.

Gráfico 4: Preços Reais do Petróleo Bruto (1861-2008)



Fonte: Elaborado por Yergin (2012, p. 909), com base em dados da CERA.

Diante desses gráficos, fica evidente que o processo de acumulação financeirizada (e, no caso do mercado mundial de petróleo, o atual sistema de precificação) não se contrapõe ou enfraquece o setor produtivo. No entanto, se percebe a variação dos preços baseada em movimentos especulativos – os quais são movimentos independentes e que são fixados de maneira peculiar –, que se descolam do processo real de valorização, quase como se valorizassem a si mesmos (o que, de fato, acontece, mas no plano da valorização fictícia como apontado por Marx (2017)).

3.2. A reestruturação da indústria petrolífera e os desdobramentos econômicos e políticos do atual sistema de precificação

A inserção do mercado mundial de petróleo nesse sistema de precificação exigiu que as companhias internacionais se adaptassem às novas operações de mercado. Com o processo de nacionalização das empresas petrolíferas, o fim dos contratos de longo prazo e a mudança para mercados à vista e futuros, as companhias privadas altamente integradas começaram a se desvincular e a ter uma nova identidade e cultura corporativa de companhias compradoras e comerciais, pois seu foco havia mudado do mercado de contratos de longo prazo²² para o mercado à vista e de futuros.

²² Com as nacionalizações e controle dos preços do petróleo pelos países produtores e companhias nacionais, as companhias privadas atuavam como fornecedoras e prestadoras de serviços e seus lucros consistiam em vender a um preço diferente daquele negociado em contratos de longo prazo com as companhias nacionais. Os contratos de longo-prazo são baseados em entregas específicas a preços especificados entre compradores e fornecedores. (YERGIN, 2012).

As novas microtecnologias, tecnologias de transporte e comunicação possibilitaram a desvinculação de uma rede integrada, a qual não fazia mais sentido para a gestão das empresas na atual fase do capitalismo.

Com a reestruturação geral dos mercados internacionais, a própria indústria do petróleo passou por uma organização completa da qual nenhuma das grandes companhias escapou. A desregulamentação de uma indústria elimina o protecionismo e aumenta a pressão competitiva o que resulta, classicamente, em incorporações, desmembramentos, aquisições do controle e umas tantas outras mudanças corporativas. O petróleo, completamente desregulamentado nos Estados Unidos em 1981 não foi exceção. A abundância e os preços em baixa estimulam as incorporações e o enxugamento, aumentando a eficiência e, portanto, os lucros. (YERGIN, 2012, p. 823)

Uma série de fusões e aquisições se concretizou nas companhias internacionais privadas. A Shell adquiriu a Belridge, uma grande produtora de petróleo na Califórnia. A companhia Conoco foi comprada pela DuPont e a Marathon pela U.S Steel e diversas outras propostas surgiram em torno das companhias privadas. Nos anos que se seguiram, a Royal Dutch adquiriu os 31% que lhe faltavam da companhia Shell Oil dos Estados Unidos; a British Petroleum (BP)²³ se associou à Standard Oil de Ohio e comprou as ações restantes da Sohio do Alasca. (YERGIN, 2012)

Em termos gerais, com a reestruturação, a indústria petrolífera tornou-se centralizada, mais enxuta e consolidada. Isso significa a perda de empregos e salários mais baixos para os trabalhadores em prol dos lucros dos acionistas. Por sua vez, os investidores abandonaram os investimentos nos campos de petróleo e passaram a atuar no mercado de ações. Assim, as companhias internacionais se adaptaram para atender aos investidores a partir dos requisitos considerados ideais pelas agências avaliadoras de mercado e os operadores, como a “saúde” financeira, a rentabilidade, as condições do mercado e da localidade geográfica das empresas. Toda movimentação em torno de fusões, aquisições, compra de ações e mudanças internas renderam mais de 100 milhões de dólares para os bolsos de investidores individuais e institucionais, fundos de pensão, intermediários e outros. (BRAGAGLIA, 2017; YERGIN, 2012)

No atual sistema de precificação do petróleo, tanto as companhias internacionais quanto os países produtores vão aos mercados financeiros negociar contratos futuros para

²³ A British Petroleum era a antiga companhia Anglo-Persian, participante do Cartel das Sete Irmãs. (YERGIN, 2012)

estabelecer preços e se proteger de possíveis oscilações. As ações e debêntures das companhias internacionais são negociadas em bolsas de valores, e as próprias companhias internacionais privadas passam a atender aos requisitos do mercado por meio da reestruturação de seus negócios via fusões e aquisições, para auferir maiores lucros, respondendo às demandas dos *rentiers*. Já os países produtores ficam reféns das oscilações de mercado e não possuem mais condições de atuar diretamente na determinação dos preços internacionais. (BRAGAGLIA, 2017)

Nessa nova fase do mercado mundial de petróleo não é mais possível dissociar a formação de preços dos mercados financeiros. Estes atuam sob uma lógica própria, altamente especulativa, alterando preços reais em virtude de expectativas dos operadores financeiros e, inclusive, criando mecanismos capazes de isolar os efeitos de questões geopolíticas e mesmo produtivas sobre os preços. Os países produtores se tornam reféns dessas oscilações, uma vez que a queda dos preços de petróleo diminui as receitas fiscais dos *petroestados*, que dependem em grande parte da rentabilidade do petróleo, pois possuem pouca diversificação da pauta exportadora. A queda dos preços também causa problemas no balanço de pagamentos desses países e dificuldades em financiar políticas sociais. Por outro lado, o aumento das receitas de petróleo (devido aos aumentos dos preços do barril) não encontra espaços lucrativos de aplicação nos próprios sistemas financeiros dos países produtores de petróleo, a exemplo do que ocorreu em 1973, mas agora com um forte componente: a concorrência de um mercado financeiro internacional robusto e com uma miríade de “produtos financeiros” atuando como mecanismos de *hedge*. Nesse sentido, esses países rentabilizam e reciclam os dólares oriundos do aumento dos preços do barril nos mercados financeiros do centro do capitalismo, ficando também reféns das ações desses mercados, o que gera um ciclo vicioso nesses países, que não conseguem autonomia e soberania no sistema internacional, apesar de possuírem autonomia e soberania sobre os recursos naturais, sobretudo com as empresas estatais, que continuam operando em maior escala nesses países. (BRAGAGLIA, 2017; GOWAN, 2003)

Também não é possível dissociar a centralidade do dólar nas relações econômicas internacionais que levam os países a atuar especialmente em Wall Street em busca de rentabilidade, segurança financeira, e em busca principalmente de dólares, já que a maioria das transações comerciais e financeiras do mundo é feita nesta moeda. Os mercados financeiros centrais, como Wall Street, são considerados os mais líquidos e rentáveis do mundo, proporcionando sustentabilidade e empréstimos, que, por sua vez, reforçam ainda mais o papel da moeda norte-americana no sistema monetário internacional. Ademais, a

“senhoriagem” dos Estados Unidos, por ser o país que imprime dólar, lhe confere vantagens mediante a oscilação dos preços internacionais nos principais mercados, enquanto o resto do mundo sofre as consequências. (GOWAN, 2003)

A desregulamentação e penetração dos sistemas bancários e operações financeiras em quase todos os países do mundo (pressionados por forças de Wall Street e através das principais políticas neoliberais) têm possibilitado e facilitado as transferências de renda dos demais países e operadores financeiros a Wall Street. Nesse regime, as oscilações dos fluxos financeiros de crédito são frequentes e as crises se tornam mais comuns, valendo a observação de que os Estados Unidos não asseguram as consequências advindas das oscilações do próprio dólar. Cabe aos países realizar políticas internas que resolvam os problemas de dívida externa diante dessas oscilações do preço do dólar. Nesse sentido, o FMI e o Banco Mundial atuam como atores coadjuvantes, para assegurar as condições de pagamento necessárias e os ajustes macroeconômicos internos dos países. (GOWAN, 2003; CHESNAIS, 1998; STIGLITZ, 2002)

Assim, o próprio mercado mundial de petróleo contribui para a perpetuação dessa dinâmica. Se o setor financeiro é determinante na precificação desta *commodity* e se o petróleo segue sendo a fonte energética dominante no mundo, os contratos de compra e venda guiados pela lógica especulativa e mesmo os tipos de aplicação das receitas resultantes dessas negociações servem como fonte de alimentação do próprio setor financeiro, quase como um *Petrodollar Wall Street Regime*, parafraseando Gowan (2003).

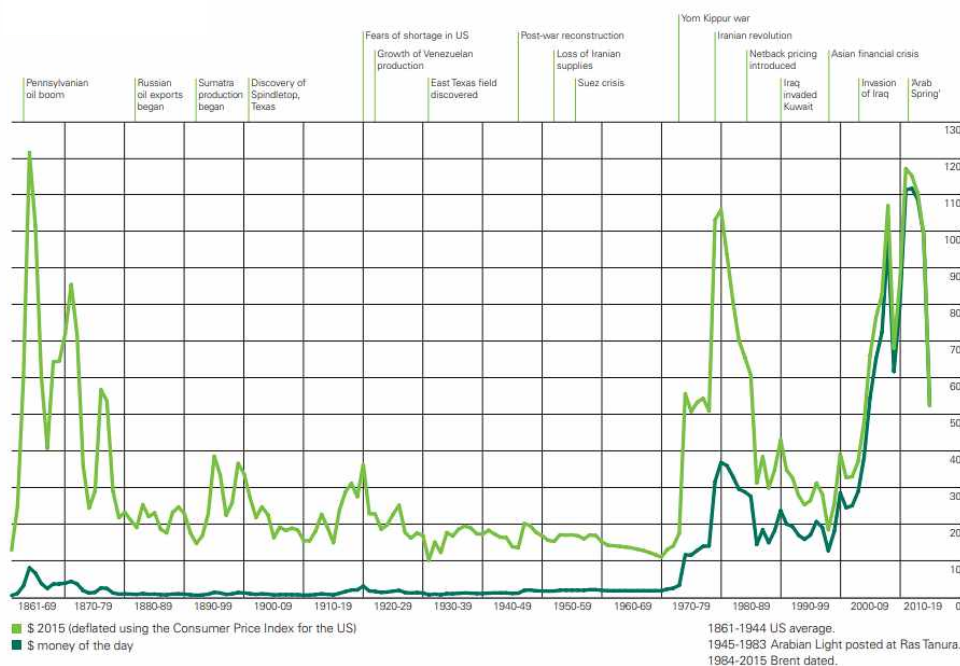
Portanto, os Estados Unidos, diretamente e indiretamente, continuam a ser o principal país a interferir e atuar no mercado mundial de petróleo, nascido, consolidado e organizado no país através da atuação dos grandes grupos oligopolistas do século XX e que ainda atuam no século XXI. Fica evidente que o choque do petróleo de 1973, que contou com participação dos Estados Unidos, contribuiu para que a principal potência mundial, que parecia declinar nos anos iniciais da década de 1970, reafirmasse sua posição central no sistema internacional.

3.3. A geopolítica do petróleo no século XXI

O sistema de precificação do petróleo tem perdurado por mais de 40 anos, apesar de sua natureza instável. Esse sistema difere dos dois sistemas anteriores da indústria do petróleo: o controle dos preços pelas companhias internacionais privadas e o controle pela OPEP. Entretanto, esse sistema só é compreendido a partir das relações que se estabeleceram ao longo das últimas décadas na indústria petrolífera. Inevitavelmente, o sistema de

precificação não resolve o problema da volatilidade do mercado de petróleo, pois os preços oscilam com frequência, afetando não apenas agentes “reais” (companhias estatais e privadas, Estados, comerciantes e consumidores), mas também os agentes financeiros que passam a atuar nesse mercado, como pode ser observado no Gráfico 5. Por outro lado, a característica estratégico-militar ainda permanece e altera as decisões em torno desse mercado. O ataque militar norte-americano ao Iraque em 1991-1992,²⁴ por exemplo, causou reação no mercado mundial de petróleo, desequilibrando momentaneamente a oferta e gerando receios nos especuladores. (BRAGAGLIA, 2017; FATTOUH, 2011; YERGIN, 2012)

Gráfico 5: Preços do petróleo cru (1861-2015) segundo eventos mundiais, em dólares por barril



Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 2016. O relatório e a imagem são de domínio público e foram referidos em Bragaglia (2017, p. 146).

²⁴ O Iraque era governado à época por Saddam Hussein, que tinha ambições políticas no Golfo Pérsico, de se tornar uma potência regional. Em agosto de 1990, o Iraque invade o Kuwait, alegando que as terras sempre pertenceram ao país. Caso o Iraque anexasse o Kuwait, controlaria 20% da produção da OPEP, o que era visto pelos Estados Unidos e outros países ocidentais como um problema. O Iraque, no mesmo ano, retirou cerca de 4 milhões de barris, cessando a produção e iniciando um embargo aos países ocidentais, buscando utilizar-se da “arma do petróleo”. Como efeito, os preços do barril de petróleo aumentaram, mas não só pela perda de suprimento, ou seja, da oferta, mas também pelo medo, ansiedade, expectativas de conflito. É o que sucede em novembro de 1991, quando o Conselho de Segurança da ONU aprova trégua ao Iraque caso ele retirasse as tropas do Kuwait, mas o país não cede, restando, à visão dos Estados Unidos, invadirem o país. Em janeiro do ano seguinte o conflito se inicia.

O petróleo ainda é o insumo energético mais importante do planeta no século XXI, sendo desigualmente distribuído e vital para a manutenção dos Estados, afetando as estruturas globais de poder e a geopolítica. “A concorrência por petróleo e a luta por segurança energética parecem não ter fim” (YERGIN, 2012, p. 887). No novo século, o petróleo se insere sob duas óticas: a financeira, em que a busca por lucros extraordinários é o que motiva os agentes financeiros, e a estratégico-militar, em que os Estados formulam políticas de segurança, tomam ações e são afetados pelas relações que se estabelecem em torno do petróleo. (FUSER, 2013)

As mudanças no mercado mundial de petróleo seguiram-se nas décadas posteriores aos anos 1980 e permanecem até hoje. Após o fim da Guerra Fria parecia não restar dúvidas dos caminhos pelos quais o mundo caminharia. Com o fim da União Soviética, a Rússia passou a entrar definitivamente no mercado de petróleo, e buscar exercer influência nesse mercado. O mercado russo cresceu 50% no início dos anos 2000. Ao longo da história do petróleo, a Rússia, por seu alto potencial de produção e reservas petrolíferas, e atualmente por sua posição no mercado de gás natural, atuou desequilibrando os atores em questão. Em 1998, a Rússia vivia uma profunda crise, mas uma década depois, estava com 800 bilhões de dólares em reservas internacionais e poupanças do fundo de riqueza soberana advindas de rendas petrolíferas, voltando a se projetar como uma potência mundial. (FUSER, 2012; YERGIN, 2012)

Os acontecimentos do atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos fizeram o mundo voltar às atenções para o Golfo Pérsico, principalmente para as ações do Iraque, e para uma possível guerra do governo norte-americano contra o Iraque frente às especulações de alianças de Saddam Hussein com o grupo Al-Qaeda. Além disso, o governo do Irã avançava em um programa agressivo de desenvolvimento nuclear. Os mercados financeiros, governos, companhias e operadores temiam uma grave crise do petróleo caso as movimentações do Irã e do Iraque interferissem na produção e abastecimento de petróleo. O fato é que os preços do petróleo subiram continuamente nos anos 2000. Em 2004, na Guerra do Iraque, os fatores oferta e demanda, geopolítica, custos, mercados financeiros e expectativas levaram o preço do petróleo de 30 dólares o barril para 100 dólares. (YERGIN, 2012)

Em 2008, com a grave crise financeira internacional, o barril de petróleo subiu de 30 dólares para mais de 145 dólares, em um momento em que as expectativas criaram uma bolha, levando os preços para bem longe de seu “fundamento”. Isso reforça a concepção de que o atual sistema de preços do petróleo passa por uma lógica de valorização fictícia, não condizente com os valores reais. Entretanto, não se pode descolar a valorização do capital

monetário do processo real de reprodução capital, o qual é de fato onde se gera riqueza e se rentabilizam os juros (MARX, 2017). Assim, além da teia entre as expectativas de valorização, os acontecimentos geopolíticos dos principais produtores atuam nas expectativas de valorização de títulos e ações, como o caso da Guerra do Iraque e de várias outras guerras e acontecimentos políticos e militares posteriores na região do Oriente Médio, África, Ásia e América Latina. (YERGIN, 2012)

Os aumentos dos preços do petróleo nas décadas de 1970 e 1980 e nas que se seguiram transferiram trilhões de dólares dos países importadores aos países exportadores de petróleo, conferindo-lhes fundos de riquezas soberanas derivadas do petróleo, ampliando as forças desses países no plano mundial, como é o caso da Rússia. As rendas petrolíferas conferiram à Venezuela influência política na América Latina e a possibilidade de seguir a agenda do “socialismo do século XXI”. Mas, por sua vez, vale ressaltar que os movimentos de queda dos preços das commodities no mercado após a Crise de 2008, ruíram com a posição ascendente da Venezuela na América Latina e incorreram em problemas fiscais no país. (YERGIN, 2012)

A China tem buscado garantir seu fornecimento energético e atuar de forma mais incisiva no mercado mundial de petróleo, e suas empresas têm atingido num patamar cada vez mais proeminente. O país atua através de suas companhias estatais com participação de capital privado, como a *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, a *China National Petrochemical Corporation (Sinopec)* e a *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)*, para garantir suas políticas de segurança energética e o fornecimento energético para seu desenvolvimento econômico. Além disso, assim como a Rússia, a China tem atuado para controlar os meios de transporte de petróleo, oleodutos e gasodutos. (FUSER, 2013; YERGIN, 2012)

Outros países têm demonstrado capacidade de crescimento no setor energético e importantes reservas. A Petrobras, empresa brasileira com capital privado, tinha demonstrado capacidade de exploração e desenvolvimento da indústria do petróleo em regiões marítimas profundas. A Petronas da Malásia também tinha demonstrado efetiva capacidade de extração de petróleo, assim como os países da ex-União Soviética, Cazaquistão e Azerbaijão, o Catar, a Argélia e a Índia. (YERGIN, 2012)

Por fim, os Estados Unidos seguem sendo líderes no mercado mundial de petróleo, exercendo influência e poder no mercado através de grandes companhias internacionais que continuam sendo, em grande maioria, as mais importantes no mercado, a exemplo do grupo BP e da Shell (grandes financiadoras de campanhas eleitorais, aliás). O país também atua no

mercado através de sua Reserva Estratégica de Petróleo, criada em 1975, que “tem a capacidade de estocar 727 milhões de barris de petróleo, sendo a maior reserva estratégica do mundo” (DEPARTAMENTO DE ENERGIA DOS EUA, 2017 apud. BRAGAGLIA, 2017, p. 171). Esta pode atuar desequilibrando a oferta e demanda de petróleo, e assegurando o fornecimento em momentos de escassez.

Ao longo dos anos, os EUA têm influenciado os países do Golfo Pérsico na “estratégia da máxima extração”,²⁵ em que persuadem os países a explorarem o máximo de recursos, aumentarem a produção e as exportações. Isso se deve ao fato de que os EUA buscam garantir oferta de combustíveis derivados do petróleo no mercado em volumes cada vez maiores para atender às demandas de crescimento e consumo enquanto a transição energética para uma fonte alternativa de petróleo não acontece. Além disso, o país tem buscado diversificar os fornecedores externos diante de possíveis vulnerabilidades e ruptura do suprimento de petróleo, uma vez que, atualmente, os Estados Unidos importam seis em cada dez barris do combustível que consomem. Essa estratégia é evidenciada no documento *National Energy Policy*, de 2001, que define as estratégias para o setor, adotadas por todos os presidentes americanos desde então. (FUSER, 2013)

Para Fuser (2013), a “estratégia da máxima extração” tem como essência ampliar o controle dos Estados Unidos nas reservas petrolíferas do Golfo Pérsico (em razão das grandes reservas de petróleo na região) ou nos países produtores, o que esbarra em sérios problemas diante de rivalidades dos governos nacionais dos países produtores à Casa Branca, como o caso do Iraque de Saddam Hussein e da Venezuela de Hugo Chávez.

Outro fator importante atual na geopolítica e mercado de petróleo são as discussões sobre questões climáticas e a emissão de CO² pelos países. Assinado em 1997, o Protocolo de Kyoto trazia grandes considerações sobre a agenda climática no século XXI e a redução de poluentes (YERGIN, 2012). Aliada a esse fator, a Segurança Energética tem adquirido relevância no debate interno dos países. A dependência da importação de petróleo frente às oscilações de preços, instabilidades políticas das principais regiões produtoras e crescimento de grupos terroristas geram constantes preocupações nos países, que tem investido em fontes energéticas alternativas, convencionais ou renováveis.

Assim, diante do sistema de precificação do petróleo – e dos desdobramentos que ele provoca nas companhias privadas, Estados, indústria petrolífera e consumidores –, entender a geopolítica global do petróleo se faz necessário para compreender as ações dos principais

²⁵ Termo denominado pelo cientista político Michael T. Klare. (FUSER, 2013)

atores no mercado mundial de petróleo e como, direta e indiretamente, eles atuam nesse sistema de preços. (Atuam diretamente, pois os países também comercializam através das bolsas; e indiretamente, porque as ações dos governos locais podem causar movimentos especulativos e incertezas quanto a conflitos, política externa, econômica e social, discursos, eleições, e outros fatores externos.

Mesmo que as dimensões físicas e financeiras tomem proporções distintas no atual sistema de precificação, os acontecimentos reais em torno do mercado, no que se refere à produção, extração, refino, descobertas de novos poços, fusões e aquisições são fatores que modificam a geração de riqueza real através do processo de reprodução do capital e, assim, os lucros líquidos do capitalista produtivo e as taxas de juros do capitalista monetário, como explicitado em Marx (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado neste trabalho, o mercado mundial de petróleo se adapta à lógica financeirizada de acumulação de capital, se reestruturando e se modificando a partir das mudanças apresentadas desde a década de 1970, que configuram uma nova fase do capitalismo. Esses processos se entrelaçam, modificando todos os aspectos da indústria petrolífera, os atores que dela participam e até mesmo os consumidores finais. Assim, como também sugerido neste trabalho, a nova fase do capitalismo reestrutura não só o mercado estudado, mas todas as dimensões da vida social.

O atual sistema de precificação, assim como os anteriores, das câmaras de comércio, do cartel das Sete Irmãs e do controle de preços pela OPEP, tem conseguido organizar o mercado de petróleo em torno de uma ordem comum, em que a ampla maioria dos atores desse mercado se reúne para deter o petróleo.

No entanto, o atual sistema de precificação intensifica os problemas intrínsecos à história mundial do petróleo. A volatilidade se torna mais recorrente, com constantes flutuações de preços, *booms* especulativos e variações dos preços conforme o tipo de petróleo. A indústria se torna ainda mais concentrada, monopolizada e centralizada em poucas corporações mundiais que detém o controle e o fluxo das principais cadeias globais de produção com os recorrentes processos de fusão e aquisição. Por fim, a indústria do petróleo se torna muito mais internacionalizada, pode-se dizer que transnacionalizada, uma vez que os capitais direcionados ao investimento produtivo não encontram barreiras físicas. Operadores do mundo todo participam diariamente por telas de computadores de movimentos de ações, debêntures, e compra e venda de papéis atrelados a barris de petróleo situados a continentes de distância.

Por sua vez, os Estados Unidos ainda são o principal país a influenciar o mercado mundial de petróleo através de suas praças financeiras, do papel do dólar e dos relacionamentos estreitos com as companhias internacionais, mesmo que atualmente seja um país dependente de importações de petróleo (o que não exclui o fato de o país buscar influência e controle das reservas mundiais de petróleo localizadas fora do seu território).

Já os países produtores, especialmente os países da OPEP, movidos pelo rentismo e os altos lucros das rendas petrolíferas em momentos de alta de preços, contribuíram para dar ensejo às transformações estruturais da década de 1970 que acabaram por colocá-los em uma situação de dependência acentuada em relação às oscilações de preços e em um ciclo vicioso de perpetuação do rentismo de suas economias nacionais.

A atual geopolítica global do petróleo gira em torno da garantia de abastecimento necessário para o desenvolvimento econômico das próximas décadas do século XXI, já que a transição energética ainda não se mostra tão viável para os próximos anos, e em torno da garantia necessária para a Segurança Militar. É o que países como a China e a Rússia tem feito nos últimos anos, especialmente através do controle dos meios de transporte de petróleo, questão fundamental para garantir o abastecimento e a defesa militar. Por mais que o petróleo tenha se tornado uma *commodity* ao lado do minério de ferro, soja e outras, não se pode dizer que ele tenha se desvinculado de sua característica estratégico-militar e que esta característica não o torna um insumo que requer muito mais atenção por parte dos Estados Nacionais.

Por fim, a adaptação do mercado mundial à lógica financeirizada de acumulação de capital parece ter firmado a posição desse insumo energético no século XXI, ao garantir taxas de lucro para os operadores financeiros que, sob nenhuma hipótese, desejam que os seus papéis deixem de representar um insumo tão cobiçado. Além disso, a intensificação da exploração de petróleo e a busca de novos poços de petróleo pelos Estados e companhias para garantir lucros e assegurar a viabilidade dos papéis que essas empresas e barris de petróleo representam acabam por aumentar a oferta de petróleo e tornar a falada “escassez” de um recurso limitado algo distante desse século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBROSE, Jillian. Oil prices dip below zero as producers forced to pay to dispose of excess. **The Guardian**, Londres, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/apr/20/oil-prices-sink-to-20-year-low-as-un-sounds-alarm-on-to-covid-19-relief-fund>>. Acesso em: 03 de dez. de 2020.
- BRAGAGLIA, Maria. **Defendendo o interesse nacional na era da financeirização: os Estados Unidos da América e o mercado internacional de petróleo**. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. **A Mundialização Financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- D’AGOSTO, Marcelo. Como o preço do petróleo ficou negativo. **Valor Investe**, São Paulo, 21 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/blogs/marcelo-dagosto/post/2020/04/como-o-preco-do-petroleo-ficou-negativo.ghtml>>. Acesso em: 03 de dez. de 2020.
- DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. In: CHESNAIS, F. et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FATTOUH, B. **An Anatomy of the Crude Oil Pricing System**. Oxford: The Oxford Institute for Energy Studies, 2011.
- FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2008.

- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política, Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- _____. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- RIBEIRO, Cássio Garcia; ALBA NETO, Henrique Belluzo; SENE, Túlio Silva. A oscilação do preço do petróleo: uma análise sobre o período entre 2010-2015. In: **Estudos Internacionais**, p. 87-106, abr. Belo Horizonte, 2018.
- SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luís (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SILVA, Aquiles Oliveira Mendes da. **Perfuração e Completação de Poços HPHT**. Trabalho (Conclusão de Curso) – Departamento de Engenharia Química e de Petróleo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.
- STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus Malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.
- VILLARREAL, René. **A Contra-Revolução Monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.
- YERGIN, Daniel, **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.